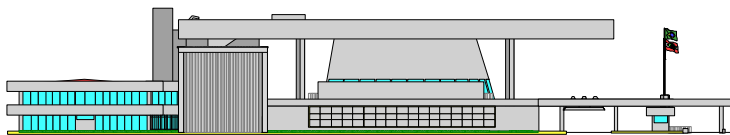


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 21 DE NOVEMBRO DE 2008

NÚMERO 5.966

16ª Legislatura  
2ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia

**PRESIDENTE**

Clésio Salvaro

**1º VICE-PRESIDENTE**

Ana Paula Lima

**2º VICE-PRESIDENTE**

Rogério Mendonça

**1º SECRETÁRIO**

Valmir Comin

**2º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro

**3º SECRETÁRIO**

Antônio Aguiar

**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Herneus de Nadal

**PARTIDOS POLÍTICOS**

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**

Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO**

**DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**

Líder: Gelson Merísio

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL**

**DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA**

**BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO**

**BRASILEIRO**

Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO**

**TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice Presidente  
Jean Kuhlmann  
Gelson Merísio  
Pedro Uczai  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Serafim Venzon  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente  
Prof. Odete de Jesus - Vice Presidente  
Darci de Matos  
Herneus de Nadal  
Jandir Bellini  
Jorginho Mello  
Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente  
Reno Caramori - Vice Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Marcos Vieira  
Gelson Merísio  
Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice Presidente  
Elizeu Mattos  
Dirceu Dresch  
José Natal Pereira  
Renato Hinnig  
Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente  
Gelson Merísio - Vice Presidente  
Décio Góes  
José Natal Pereira  
Jandir Bellini  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Edson Piriquito  
Elizeu Mattos  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Elizeu Mattos  
Marcos Vieira  
Pedro Uczai  
Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente  
Edson Piriquito - Vice Presidente  
Edison Andrino  
José Natal Pereira  
Cesar Souza Júnior  
Reno Caramori  
Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Genésio Goulart - Presidente  
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente  
Edson Piriquito  
Gelson Merísio  
Kennedy Nunes  
Serafim Venzon  
Professora Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ada de Luca - Presidente  
Pedro Uczai - Vice Presidente  
Genésio Goulart  
Kennedy Nunes  
Elizeu Mattos  
Serafim Venzon  
Professora Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente  
Pedro Uczai - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Manoel Mota  
Jorginho Mello  
Professor Grandó  
Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice Presidente  
Edison Andrino  
Jandir Bellini  
Elizeu Mattos  
Moacir Sopelsa  
Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Professora Odete de Jesus - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice Presidente  
Jailson Lima da Silva  
Moacir Sopelsa  
Joares Ponticelli  
Nilson Gonçalves  
Jean Kuhlmann  
Romildo Titon  
Manoel Mota

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XII - NÚMERO 1966**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 090ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 19/11/2008.....2  
Ata da 029ª Sessão  
Extraordinária da 16ª realizada  
em 19/11/2008 .....13  
Ata da 030ª Sessão  
Extraordinária da 16ª realizada  
em 19/11/2008 .....14

**Atos da Mesa**

Ata da Mesa .....18

**Publicações Diversas**

Ata da Procuradoria.....19  
Aviso de Licitação.....19  
Extratos .....19  
Ofícios .....21  
Portarias .....21  
Redações Finais.....22

**PLENÁRIO**

# ATA DA 090ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

**SUMÁRIO****Breves Comunicações**

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Registra a visita de vereadores da Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Reporta-se ao não-pagamento da Lei n. 254.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Sargento Amauri Soares na luta pelo pagamento da Lei n. 254.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Manifesta-se sobre a parceria da Acanor com a Escola do Legislativo.

**DEPUTADO DARCI DE MATTOS** (pela ordem) - Registra a presença do secretário Regional de Pirabeiraba e do coordenador da secretaria daquele município.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Imbituba, das esposas de policiais militares e de policiais militares de Joinville.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Parabeniza a Aprasc pela luta visando o pagamento da Lei n. 254; reporta-se à reunião sobre alvarás e sobre atentado aos vereadores de Camboriú; aborda a situação dos presídios.

**DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)** (aparte) - Aborda atentados em Camboriú.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** - Refere-se ao projeto de lei que trata do reajuste das pensões das viúvas dos ex-governadores; aborda a questão da crise que envolve o setor da alimentação.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** - Aborda declaração de Barack Obama sobre a questão da mudança climática; registra falecimento da artista Miriam Makeba; faz registro de ganho de causa à União Catarinense de Estudantes pela meia-entrada.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** - Discorre sobre o projeto do novo Código Ambiental.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Solidariza-se com a luta pelo cumprimento da Lei n. 254; fala das audiências públicas sobre o Código Ambiental.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (aparte) - Aborda as audiências públicas sobre o Código Ambiental.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Agradece aos deputados que se somaram na luta pelo pagamento da Lei n. 254; presta uma homenagem aos irmãos de farda que morreram em serviço.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Registra a presença do vereador Morango, de São José do Itaperiú.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Parabeniza o deputado Sargento Amauri Soares pela sua dedicação à sua classe; discorre sobre a curva do arroz, próxima a Joinville; aborda a instituição no estado de um banco de dados de pedófilos; registra sua admiração ao médico joinvilense Renato Castro.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito eleito de São José do Cedro, Renato Broetto.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** - Registra a presença do prefeito e vice-prefeito eleito de Porto Belo, bem como do vereador Cláudio Tonetti, de Laurentino; aborda o Código Ambiental; fala da questão do exame psicotécnico em Santa Catarina.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Manifesta-se sobre convênio firmado com os cartórios com relação à compra de automóveis financiados.

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** - Homenageia o engenheiro agrônomo Murilo Pundek.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** - Faz reconhecimento ao trabalho de Murilo Pundek; refere-se às audiências públicas sobre o Código Ambiental.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** (aparte) - Parabeniza os deputados que participaram das audiências públicas e fala sobre a importância de que o Código Ambiental ressalte a diferença geográfica do nosso estado.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (aparte) - Manifesta sua preocupação com as políticas compensatórias.

Ordem do Dia

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** (pela ordem) - Cumprimenta o prefeito de Otacílio Costa, Altamir José Paes, e o futuro prefeito Denílson Luiz Padilha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, queremos registrar a visita, nesta Casa, de inúmeros vereadores e vereadoras da Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina, da região de São Lourenço do Oeste.

Nós ficamos honrados com a visita e agradecemos pela presença na sessão da tarde de hoje.

Obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - É com grande satisfação que fazemos o registro da presença, nesta Casa, de vereadores da Acanor, que é composta de 21 integrantes, entre vereadores, vereadoras e presidentes de Câmaras de Vereadores. É uma honra e um prazer tê-los conosco na tarde de hoje.

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital e demais pessoas que acompanham a sessão de hoje, especialmente os companheiros praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que estão chegando a esta Casa, estou começando a sessão de hoje como primeiro inscrito para falar pois estão na Casa algumas dezenas de praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, assim como mais de uma centena de esposas e demais familiares de praças do nosso estado. Eles estão aqui desde a manhã de hoje e vieram para participar do processo de discussão e encaminhamento da Lei n. 254 que estamos esperando que seja paga ainda este ano.

Eles não estão presentes agora neste plenário nem nas galerias porque, coincidentemente, está ocorrendo uma sessão especial do Poder Executivo, no Auditório Antonieta de Barros, contando, dizem, com a presença do governador. Por isso, então, esses companheiros e companheiras também se estão dirigindo para lá para ver se conseguem trocar meia dúzia de palavras com sua excelência, o sr. governador do estado, para explicar a situação dos servidores da Segurança Pública.

Essa mobilização toda é porque tivemos hoje pela manhã mais uma reunião na secretaria da Segurança Pública, contando com a presença do secretário Ronaldo Benedet; com o secretário Ivo Carminati, da Articulação Política Estadual; com o secretário adjunto da Administração, Paulo Eli; com autoridades das instituições presentes; e com todas as representações das categorias do serviço público na área da segurança.

Como temos falado nesta tribuna, reiteradamente, a nossa categoria espera uma proposta concreta do governo com relação ao pagamento da Lei n. 254. Essa lei tem cinco anos de existência e a última vez que ganhamos alguns centavos a mais em nosso salário foi há três anos. Estamos há três anos, portanto, com o salário congelado.

Essa reunião de hoje já foi a terceira só nas últimas semanas, desde que começamos o processo de mobilização. E é preciso deixar muito claro para os companheiros que estão aqui que essas reuniões estão acontecendo só porque há um processo de mobilização dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, porque senão entraria o verão, começaria a Operação Veraneio, e nós continuaríamos esperando a boa vontade do governo, boa vontade que tem faltado nesses três anos em que estamos com o salário congelado.

O resultado da reunião é a grande pergunta que todos os companheiros que nos estão assistindo pela TVAL, em casa e no local de trabalho, estão fazendo agora. Por isso vim aqui fazer o pronunciamento neste momento justamente porque há muitos companheiros em casa telefonando e querendo saber qual o resultado da reunião. E o resultado da reunião foi aquele que alguns companheiros já previam desde a semana passada: "Deputado Sargento Amauri Soares, na semana que vem irão fazer outra reunião para marcar mais uma reunião, e depois farão outra para marcar outra". Ou seja, o governo foi para uma mesa de negociação sem nada na mão novamente. Aliás, hoje o governo levou vários papéis na mão, muitos números a respeito do que mudou no salário dos servidores da Segurança Pública nos últimos seis anos, querendo nos convencer de que somos um dos segmentos do serviço público e da sociedade mais bem gratificados, do ponto de vista salarial, nos últimos anos.

Não sei se infeliz ou felizmente, mas foi possível constatar que nos números do governo havia, inclusive, um incremento salarial que já havia sido dado no governo anterior, assim como se falou de soldo de cabo de mais de R\$ 1 mil, o que não é uma realidade, todos que estão aqui sabem disso. Assim como também apareceu lá uma categoria que receberia um salário "x" de aspirante a oficial da reserva, como se fosse possível aspirante a oficial na reserva. Aspirante a oficial tem entre 17 e 27, 28 anos de idade, no máximo.

Então, construiu-se um volume de gastos e um percentual os quais, por certo, o governo irá usar nas próximas horas, através dos meios de comunicação, para buscar provar que fomos muito bem gratificados durante esses seis anos de governo.

Nós aqui reconhecemos todos os avanços que ocorreram, os R\$ 250,00 de abono, os 20%, a implementação da escala vertical, da qual falta pagar a metade, os cursos que houve, mas que foram congelados neste ano de 2008. Nós reconhecemos tudo isso, mas a realidade é que estamos há três anos com os salários congelados, pois não aumentaram um centavo sequer; os servidores da Segurança Pública estão endividados; a situação é de angústia, de revolta e de desespero, e cada semana que o governo vai para a reunião sem levar uma proposta concreta essa angústia se amplia, essa angústia fica ainda maior e essa revolta aumenta a cada semana.

Nós não estamos, hoje, nesta data, deputado Joares Ponticelli, no mínimo, com dois batalhões da Polícia Militar parados, bloqueados pelo movimento das esposas e dos familiares, porque nós avaliamos com a direção desse movimento que devemos dar mais esta semana de fôlego para ver se aparece uma proposta concreta por parte do governo. Ou seja, mais uma vez estamos dizendo: companheiros, vamos agir todos juntos, de uma só vez.

Nós estamos buscando evitar com isso atitudes isoladas, descontroladas por parte dos servidores. A situação de desespero é muito grande, a situação de revolta é maior ainda, e nas próximas semanas o prazo que o governo talvez pensa que terá de 15 dias, 20 dias, um mês, não terá porque nós agiremos no estado inteiro.

Foi constituído, recentemente, o movimento das esposas, dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, do qual várias participantes estão chegando agora. Mostraram hoje a primeira manifestação, a força e a capacidade de mobilização das esposas e familiares dos praças. Foi apenas, vamos dizer assim, um esquentar. Algumas delas, economizando esforço e dinheiro, vieram aqui, chegando a mais de 200 pessoas nesse movimento, para ver ser o governo entende e percebe que precisa fazer uma proposta.

Precisamos parabenizar o movimento de vocês, agradecer, porque isso nos emociona, inclusive esse calor humano, essa vontade de contribuir, e marcar para quarta-feira da semana que vem um movimento com mais força, mostrando que se não for encaminhada uma solução para a Lei n. 254, a Segurança Pública vai parar antes de chegar o verão em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Sargento Amauri Soares, apenas quero cumprimentá-lo, mais uma vez, pois v.exa. tem sido incansável nessa luta.

Quando foi votada, há cinco anos, essa matéria, eu chamei na época a atenção de que o governo iria deixar os policiais sem ter o que dizer para as suas mulheres, para as suas famílias, porque elas saíram daqui convencidas de que o projeto tinha virado lei, pois tinha sido aprovado, e que o salário iria chegar. Foi quando eu disse que o aumento seria virtual. E agora, deputado, é triste vermos essas mulheres e essas crianças aqui esperando do governo que seja cumprida essa lei aprovada há mais de cinco anos.

Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. pode continuar contando com a nossa solidariedade. Proponho-me, junto com a nossa bancada e com o nobre deputado, a tocar nesse assunto diariamente, até sensibilizar este insensível governo.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Nós agradecemos a v.exa., deputado Joares Ponticelli, como também a todos deputados e deputadas que nos têm apoiado nessa demanda. E queremos que toda essa categoria, toda essa gente reconheça esse esforço e esse trabalho de vários deputados para que possamos ter um avanço nessa questão.

Nós voltaremos a esta tribuna ainda na tarde de hoje e continuaremos fortalecendo o nosso movimento. Ou nós temos uma resposta concreta da Lei n. 254 nas próximas semanas, nos próximos dias, ou não haverá segurança pública neste verão em Santa Catarina!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito, esta Presidência, que já registrou a presença dos vereadores do Programa de Formação de Agentes Políticos e o encontro institucional da Acanor, faz menção ao nome de cada participante:

Senhor Gilmar Gonçalves, presidente da Câmara de Vereadores do município de Coronel Martins;

Senhor Cláudio José Bernardelli, presidente da Câmara de Vereadores do município de Galvão;

Senhor Anacleto Cristani, presidente da Câmara de Vereadores do município de Novo Horizonte;

Senhor Éderson Hermann, secretário da Câmara de Vereadores do município de São Lourenço do Oeste;

Senhora Claudete Batistela Sanajotto, secretária da Câmara de Vereadores do município de Novo Horizonte;

Senhor Sérgio Hientz, vereador do município de São Lourenço do Oeste;

Senhora Terezinha Barzan, vereadora do município de São Lourenço do Oeste;

Senhora Inês Pontel, vereadora do município de Jupia;

Senhor Evandro Montemezzo, vereador do município de Jupia;

Senhora Euderite Marmellini, vereadora do município de Santiago do Sul;

Senhora Eliane Zorzi, vereadora do município de Jupia;

Senhor Valdecir Carlos Grolli, vereador do município de Santiago do Sul;

Senhora Cleusa Agda Kloguer Ozelame, vereadora do município de Novo Horizonte;

Senhor Albino Barbosa de Almeida, vereador do município de São Bernardino;

Senhor Valmir da Silva Barbosa, vereador do município de Coronel Martins;

Senhor Vanderlei Antônio Pedrotti, vereador do município de Santiago do Sul;

Senhor Vanderlei Luiz Conci, secretário da Câmara Municipal de Santiago do Sul;

Senhor Paulo Roberto Scanagatta, secretário da Câmara Municipal de Jupia;

Senhor Jandir Ranzon, vereador do município de São Lourenço do Oeste;

Senhor Irineu Otto Dilli, vereador do município de São Bernardino;

Senhor José de Borba, vereador do município de Coronel Martins;

Senhor Orli Antônio Farias, vereador do município de Galvão;

Senhor Valcir Basi, vereador do município de Galvão;

Senhor Paulino Querino dos Santos, vereador do município de Galvão.

Sejam bem-vindos, senhores!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, na linha da manifestação de v.exa., gostaria de dizer que a Acanor tem sido uma das grandes parceiras da Escola do Legislativo. São vários exemplos que temos realizado provocados por ela, é bom que se diga, em diversas áreas. É uma associação de Câmaras muito atuante. E solicitou-nos essa programação que estamos desenvolvendo através da Escola do Legislativo.

E como a TVAL vai mostrar isso para o estado todo para que possamos avaliar a responsabilidade desses vereadores, eles estão aqui e vão participar da nossa sessão na tarde de hoje. Amanhã de manhã estarão no Tribunal de Justiça, às 9h; às 10h30min, na Fundação Catarinense de Educação Especial para discutir o problema de acessibilidade; às 14h, haverá uma palestra no Tribunal de Contas sobre as exigências para o último ano de mandato; às 16h, farão uma visita à Câmara de Vereadores de Florianópolis; e às 17h30min serão recebidos no Centro Administrativo do governo do estado.

Então, são legisladores municipais - alguns estão concluindo o mandato, outros iniciando, outros foram reeleitos - que demonstram, acima de tudo, a responsabilidade do exercício desses mandatos. E com certeza a população que eles representam muito ganhará com isso.

Sejam todos bem-vindos e muito obrigado pela parceria positiva com a Escola!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar, com satisfação, a presença neste plenário do secretário Regional de Pirabeiraba, o amigo Ciro Harger, e do coordenador da secretaria de Pirabeiraba, José Machado.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa do prefeito Beto Martins, de Imituba; das esposas de policiais militares e também de policiais militares de Joinville e da minha região. Desejo que todos sejam bem-vindos nesta Casa!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, visitantes que encham as nossas galerias, telespectadores da TVAL e ouvintes

da Rádio Alesc Digital, quero parabenizar todas as mulheres e os homens trabalhadores da Segurança Pública - os bombeiros, os policiais militares - pela mobilização e pela organização. A Aprasc tem feito um trabalho extraordinário na articulação e na luta dos trabalhadores, que precisam ser tratados como seres humanos e com dignidade, acima de tudo, para prestar um bom serviço à comunidade, à população catarinense.

Quero dizer o seguinte: continuem nessa luta que estamos junto com vocês, como presidente da comissão de Segurança Pública desta Casa. Juntamente com os demais deputados e o nosso vice-presidente, deputado Sargento Amauri Soares, estamos aí nessa caminhada!

Hoje, de fato, coincidentemente - e não sabia da presença de vocês -, eu me inscrevi para falar sobre esse tema da segurança pública em Santa Catarina. Ontem não foi possível falar e aproveitamos para fazê-lo hoje, já que a nossa comissão está muito movimentada nos últimos dias.

Hoje pela manhã tivemos, pela comissão de Segurança Pública, além da audiência pública sobre Código Ambiental, duas atividades. Às 9h houve uma importante reunião com cerca de 20 entidades de todo o estado, por indicação do deputado Kennedy Nunes, representante da nossa comissão e presidente desse grupo de trabalho, para discutir a questão dos alvarás de licença para funcionamento de entidades, para funcionamento e liberação de festas e eventos que se realizam no estado de Santa Catarina. As entidades reclamam que precisam de muitas licenças para poder realizar um evento, e isso inviabiliza a realização de muitos deles. Queremos, sim, que sejam realizados eventos com segurança, mas que a comunidade tenha mais praticidade nos encaminhamentos dos pedidos de licença.

Às 11h, tivemos uma reunião com o nosso diretor-geral da Polícia Civil de Santa Catarina, dr. Mauricio Eskudlark, e o delegado Renato Hendges, do Deic, que cuidam do caso que essa comissão está tratando desde do início do ano: o atentado aos vereadores de Camboriú. E tivemos um encaminhamento nessa nossa comissão de reunir novamente os vereadores de Camboriú e os responsáveis pela segurança para trazer informações sobre a apuração dos fatos naquele município.

O deputado Edson Dias (Piriquito) trouxe a esta Casa esse tema tão polêmico dos atentados que ocorreram na cidade de Camboriú. Houve 23 ameaças de atentados a um vereador, e nós não podemos deixar que isso aconteça no nosso estado e nos nossos municípios.

Portanto, estivemos reunidos na comissão para tratar desse tema e cobrar do delegado Renato Hendges, do Deic, a prisão. Como já foram identificados os culpados, foi expedida a ordem de prisão para alguns. E nessa expectativa tivemos o compromisso do diretor da Polícia Civil e também do dr. Renato Hendges de que... Inclusive, há a suspeita de mandantes desses atentados, e os culpados precisam ser imediatamente punidos e presos.

O Sr. Deputado Edson Dias (Piriquito) - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Edson Dias (Piriquito) - Agradeço pela oportunidade, nobre deputado.

Só para ficar registrado, quero dizer que, infelizmente, eu, que sou deputado do governo, para fazer com que o delegado chefe da Polícia Civil do estado de Santa Catarina trabalhasse, tive que fazer essa intervenção parlamentar de trazer aqui para esta Casa as pessoas que foram ameaçadas, que sofreram atentados. E tivemos que peitar aqui nesta Casa que houvesse o serviço que deveria ocorrer pelo simples fato de assim ter que ser, pelo simples fato de cumprimento do ofício, do dever.

Mas eu me sinto satisfeito, junto da participação de v.exa. e de outros deputados nossos amigos integrantes desta comissão de Segurança, que pelo menos estamos dando uma resposta à comunidade lá daquele pequeno, mas importante, município de Camboriú. E queremos, sim, que a pessoa que fez esse tipo de ato, que cometeu esses atentados, esteja atrás da cadeia. Aprenda a trabalhar, dr. Maurício Eskudlark, pelo amor de Deus!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado.

Vou usar algumas reportagens dos jornais de ontem. O *Diário Catarinense* trouxe uma reportagem sobre mais uma fuga em massa em Santa Catarina:

(Passa a ler.)

[...]

"No domingo, às 22h, depois de arrombarem o teto da sala externa, passaram pelo espaço de ventilação das celas, serraram a grade colocada no telhado e pularam o muro, 15 presos expuseram mais uma vez a fragilidade da unidade" prisional aqui da Grande Florianópolis, a Penitenciária.

"No dia 21 de setembro deste mesmo ano, 26 presos escaparam da Central de Polícia de São José, na Grande Florianópolis, ao abrirem um buraco na parede. Antes de o episódio completar dois meses, houve nova fuga em massa no local." [...][sic]

Isto nos deixa uma grande preocupação, ou seja, a situação dos presídios de Santa Catarina, fato que ficou muito claro na audiência pública que realizamos 14 dias atrás, em Blumenau.

Na reportagem há algumas falas que dizem que a delegacia não tem circuito interno de televisão, que a ferramenta de segurança são cacos de vidro colocados em cima dos muros e apesar do Deap - Departamento de Administração Prisional - solicitar, não existem agentes prisionais todos os dias da semana. Seriam necessários quatro funcionários, mas somente três foram cedidos. Além disso, ronda externa também não há e o delegado Rodolfo Cabral, coordenador da Central de Polícia de São José, lamenta que seja preciso que as coisas aconteçam para que as autoridades tomem providências.

Então, há uma situação bastante grave na Grande Florianópolis. Já no dia 13 de julho, 43 presos escaparam da Central de Triagem de Florianópolis, o que mostra que a Segurança Pública está com poucos trabalhadores e que os presídios estão em condições precárias, principalmente internamente, como é o caso do presídio de Blumenau, o que coloca a população e os trabalhadores em risco. Os trabalhadores precisam cuidar dos presos, mas não têm qualquer condição.

Há uma versão de que não é possível construir novos presídios porque a população dos municípios não quer. A pergunta que os municípios fazem é a seguinte: a população está sendo de fato consultada sobre esses novos presídios? Há uma necessidade de construir novos presídios, há uma necessidade de investimento maior na área de segurança. Então, de fato a população precisa contribuir nesse debate. Porque a questão dos delinquentes e a questão do crime são resultados do modelo de desenvolvimento do Brasil, com concentração de renda, com concentração do não-trabalho, com problemas na educação e tantos outros. Por isso, a sociedade precisa discutir, mas, acima de tudo, cabe ao estado resolver.

Assim, nessa perspectiva, nós estamos, na nossa comissão, muito preocupados em resolver o tema da segurança para dar mais tranquilidade à população catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o eminente deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, a minha saudação à Aprasc.

Inicialmente, é até importante trazer presente um fato colocado na tarde de ontem, neste plenário, com referência a um projeto de lei encaminhado pelo Executivo do estado de Santa Catarina, que trata do reajuste das pensões das viúvas dos ex-governadores do estado de Santa Catarina. O reajuste proposto é o seguinte: igualar as pensões ao subsídio vitalício pago aos governadores, ou seja, passaria de R\$ 2.250,00 para R\$ 10.000,00.

(Manifestações das galerias)

Acho que é importante trazer isso presente dentro da luta, dentro da caminhada de todo esse processo de mobilização que a Aprasc vem empreendendo nesses últimos cinco anos.

E fazia referência exatamente ao fato de que são três pessoas que serão beneficiadas pelo projeto de lei. Na verdade, se olharmos para a vida e a história dos servidores públicos do estado de Santa Catarina ou para os pensionistas do hoje lprev, veremos que há muito tempo luta-se, batalha-se junto com outros aposentados e com os servidores públicos de todos os setores da administração pública que não vêem o seu reajuste, que não vêem perspectiva de aumento.

No entanto, rapidamente, em regime de prioridade, tramita nesta Casa, e deverá ser apreciado nos próximos 45 dias, o projeto de lei que privilegia três viúvas de governadores do estado de Santa Catarina.

Então, isso traz indignação aos servidores públicos, a todo e qualquer trabalhador e servidor do nosso estado e do nosso país, diante da aberração, diante de tamanha violência e injustiça que se comete com os servidores públicos do estado de Santa Catarina, o que não podemos admitir e aceitar.

Não existe - e aqui mais uma vez fazemos referência - uma política pública salarial para os nossos servidores. Não existe! Então, é momento de fato de nos indignarmos diante desse contexto, dessa situação que vivemos agora no estado de Santa Catarina.

Gostaria de elogiar a luta incansável que vocês travam e que é exemplo para todos os servidores de nosso estado, agora encampada, ao longo de toda essa história, por vocês, mulheres, esposas, que dão esse grande e importante testemunho de mobilização, de luta e de reivindicação.

Queria aproveitar e trazer presente também que nesse contexto todo de reflexão que estamos fazendo por todo o estado de Santa Catarina, neste momento em que se debate a questão do Código Ambiental, movimenta-se, por várias reflexões, a questão da crise que envolve de maneira especial o setor da alimentação. E gostaria de dizer que na década de 60 havia no mundo em torno de 80 milhões de pessoas que passavam fome todos os dias. No andar da história e da caminhada percebemos que se tem multiplicado, e muito, esse número, que ultrapassa a casa dos 800 milhões de pessoas que passam fome. São mais de 70 países que dependem das importações para poder alimentar a sua gente, o seu povo.

Por outro lado, nós percebemos a concentração, o monopólio e o crescimento de alguns que controlam o setor produtivo através da comercialização de seus produtos. Como exemplo disso temos empresas transnacionais: a Cargill, a Bunge, a Nestlé, a Monsanto e tantas outras. São mais de 30 grandes empresas transnacionais que aos poucos, além de dominar, estão monopolizando a produção de fertilizantes, de insumos e controlando todo esse sistema, fruto de uma situação e de uma política neoliberal excludente, que ao longo de toda nossa caminhada enfrentamos e que vive excluindo cada vez mais as pessoas do mundo do trabalho e da própria vida.

Isso chama a atenção para o momento que estamos vivendo, um momento em que a sociedade como um todo clama pela inclusão social, por mais dignidade, por melhores condições de vida. E no entanto percebe-se sempre e cada vez mais a concentração na mão de pequenos e menores grupos, que lucram e enriquecem-se em cima da exploração do trabalho e da mão-de-obra da grande maioria. É preciso que essa política excludente que vivemos desperte na sociedade cada vez mais o senso de trabalhar coletivamente no sentido de podermos viabilizar, através de diferentes políticas públicas, a inclusão social e a promoção da dignidade dos seres humanos.

Hoje, dentro do conjunto das políticas do Código Ambiental, encerramos todo esse ciclo de debate e discussão. É o momento para fazermos com que esse instrumento de normas e leis sirva para trazer melhor qualidade de vida à nossa população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiras deputadas e companheiros deputados, o que nos faz assomar à tribuna hoje é a recente declaração do presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, sobre a questão da mudança climática.

Um dos momentos de maior emoção que nós vivemos em nossa vida foi quando, no ano passado, nesta época, em Bali, a Austrália assinou o Protocolo de Kyoto. Estavam presentes aproximadamente 12 mil delegados de todas as partes do mundo, representando todos os países. A Austrália, que até então não tinha assinado o Protocolo de Kyoto, assinou-o. E pelo que tudo indica - vamos fazer a leitura -, teremos um futuro promissor na questão da mudança climática.

(Passa a ler.)

"O presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, disse ontem que seu governo 'marcará um novo capítulo' na liderança do país na questão da mudança climática e prometeu investimentos de US\$ 15 bilhões ao ano em pesquisa de tecnologias de energia limpa. 'Demora não é mais uma opção e negação não é mais uma resposta aceitável', declarou.

O pronunciamento, gravado, foi a primeira fala de Obama sobre a crise do clima após a eleição. Ele foi exibido ontem em Los Angeles, numa conferência global sobre o tema organizada pelo governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger.

'Poucos desafios que se colocam diante da América - e do mundo - são mais urgentes do que combater a mudança climática', disse Obama. 'A ciência é incontroversa e os fatos são claros.' O atual presidente americano George W. Bush passou a maior parte de seus oito anos na Casa Branca colocando dúvidas sobre a ciência da mudança do clima.

'Frequentemente, Washington tem falhado em mostrar [...] liderança', disse Obama. 'Isso mudará quando eu assumir o governo.'"

Só para se ter uma idéia, "'isso', disse Obama, 'nos colocará no trilho de reduzir as emissões aos níveis de 1990, em 2020, e reduzi-las outros 80% em 2050'." [sic]

Obama pediu a todos os parlamentares, a todos os delegados americanos que forem para Poznan, na Polônia, onde acontecerá o próximo encontro mundial sobre a mudança climática, que relatem o que acontecer no referido encontro, que será realizado de 1º a 12 de dezembro na Polônia.

Então, é o mundo se mobilizando. Eu tenho certeza de que não vai ser nesse congresso sobre a mudança climática, patrocinado pelas Nações Unidas, que os Estados Unidos irão assinar o Protocolo de Kyoto, mas tenho certeza de que em 2010, em Copenhague, na Dinamarca, quem sabe o próprio presidente Barack Obama estará lá assinando o Protocolo de Kyoto, e aí mudará todas as relações no mundo quanto à questão da mudança climática.

Feito este registro, que é uma grande esperança, também queremos, como parlamentar e por dever nosso, fazer outro registro para que fique registrado nos anais da Casa: o falecimento de uma grande artista internacional conhecida como Miriam Makeba.

Ela foi uma grande ativista sul-africana contra o segregacionismo, contra o racismo, tanto que teve que se exilar quando o governo branco, racista, comandava a África do Sul. Isso lá pelos idos de 1970. Ela se exilou nos Estados Unidos como artista, casou com o líder do movimento Pantera Negra que combatia o racismo. Quem não se lembra das Olimpíadas no México, em 1970, o punho erguido ilustrando toda a intenção de combater o regime americano que dava apoio à África do Sul na questão racial.

Ela esteve no Brasil como artista, fez várias apresentações, e eu tive o prazer de conhecê-la pessoalmente porque ela acabou exilando-se na Guiné-Conacri, o primeiro país a se libertar do colonialismo francês em 1958, vizinho da Guiné-Bissau, onde a conhecemos através de um *show* que lá fez. Com a Guiné-Conacri e a Guiné-Bissau resistindo ao colonialismo na África, Miriam Makeba mostrou toda a sua luta através da arte.

Quando estive no Brasil fez vários *shows* e teve o prazer de conhecer o nosso grande artista que também faleceu, Luiz Henrique Rosa, que se apresentava - poucas pessoas de Santa Catarina sabem disso - em vários *shows* como músico de Miriam Makeba. É importante ressaltar essa ligação da música e fazer esse registro porque ela era conhecida também como Mama África, pela sua história. Faleceu aos 76 anos num *show* que estava realizando na Itália.

Isso é importante que nós, países do terceiro mundo, países considerados não alinhados, que sempre lutaram pela questão política, saibamos. E as grandes pessoas que marcaram o seu posicionamento contra as injustiças no mundo merecem, neste momento, serem ressaltadas, que constem dos anais desta Casa para que a sociedade conheça a história, porque ela é a força motriz de um povo. É importante que conheçamos aquele que lutou por nós e, principalmente, por um mundo melhor.

Para finalizar, sr. presidente, eu queria registrar que o Pleno do Tribunal de Justiça, por 32 votos favoráveis contra seis votos contrários, deu ganho de causa à União Catarinense de Estudantes pela meia-entrada.

Então, passa a vigorar definitivamente, sem qualquer questionamento, essa lei que é de direito dos estudantes. A meia-entrada é uma conquista que faz parte da história do movimento estudantil e da República e tem por objetivo facilitar o acesso do estudante, bem como incentivar a produção cultural. Apesar de sofrer diversas polêmicas durante a história, ainda se mantém como instrumento de incentivo à cultura, como instrumento de luta dos nossos estudantes.

Parabéns à União Catarinense de Estudantes por essa vitória!

Era isto o que tinha para colocar, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PRB.

Inscrita a deputada Professora Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

O SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Valmir Comin, que preside a sessão; demais integrantes da Mesa; sras. deputadas, srs. deputados, platéia maravilhosa composta pela Aprasc que nos honra com sua presença; taquígrafas; imprensa escrita, falada e televisada, hoje nós concluímos a décima audiência pública em que discutimos e ouvimos a população e as lideranças sobre o novo Código Ambiental que está tramitando nesta Casa.

Eu tenho que parabenizar a população porque hoje, graças a Deus, as pessoas estão mais esclarecidas sobre os seus direitos. As pessoas saem de suas casas e vão defender os seus posicionamentos, trazer as suas propostas para a melhoria dos projetos.

Parabéns àquelas pessoas que saem de suas casas e vêm cobrar os seus direitos, pessoas que não ficam acomodadas.

Eu estive acompanhando pelo interior do estado os presidentes de comissão: o deputado Moacir Sopelsa, da comissão de Agricultura e Política Rural; o deputado Jorginho Mello, da comissão de Finanças e Tributação, da qual faço parte; o deputado Romildo Titon, da comissão de Constituição e Justiça; e o deputado Décio Góes, da comissão de Turismo e Meio Ambiente.

Ouvimos as lideranças e hoje concluímos as audiências públicas. Eu estou com muitas propostas para, após uma ampla análise desse projeto, poder melhorá-lo e trazer um complemento a essas pessoas que estão ajudando a governar Santa Catarina.

Quando as pessoas reivindicam, elas estão sendo lideranças como vocês que estão aqui hoje. Vocês estão provando que são lideranças, que não se acomodam e que não ficam em casa parados aceitando os fatos.

Parabenizo todas as lideranças que hoje estiveram conosco no auditório Antonieta de Barros. Foi uma manhã muito produtiva.

Nós tivemos muitas horas de audiência pública, das 9h até as 13h, com a população falando. A população tem que falar mesmo, tem que participar, tem que trazer as suas reivindicações, os seus posicionamentos e as suas propostas, porque, quando criticamos, temos que trazer as soluções e as propostas também, e nós estamos aceitando-as.

Ainda gostaria de falar, em outra oportunidade, sobre um projeto de lei que está tramitando aqui que diz respeito aos crematórios. É um projeto de minha autoria que também ajuda na questão do meio ambiente. Falarei sobre o tema numa outra oportunidade.

Sr. presidente, vou precisar me ausentar-me do plenário por algumas horas. Vamos ter uma reunião extraordinária na comissão de Finanças e Tributação, cujo presidente é o deputado Jorginho Mello, e daqui a pouco retornarei.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, público que participa hoje da sessão da Assembleia Legislativa, queria, inicialmente, solidarizar-me com a luta pela aplicação e o cumprimento da Lei n. 254, um compromisso que o governador do estado assumiu com vocês e com a sociedade catarinense, por conseguinte. É uma obrigação cumprir os compromissos que se assume. Acho que essa é uma questão de honra. Esse pacto que a sociedade fez precisa ser cumprido.

Hoje nós concluímos aqui em Florianópolis o nosso roteiro, com dez audiências públicas sobre o Código Ambiental pelo estado de Santa Catarina nas diversas regiões. Queria ressaltar não só a importância do projeto que consolida todas as leis ambientais num documento só, facilitando o entendimento pela população, facilitando a análise e aprovação de projetos, a fiscalização pelos órgãos ambientais, mas também a importância das audiências, que popularizaram o teor do projeto. Elas deram ciência à sociedade sobre a questão e fizeram com que em todas as regiões - e a própria mídia ajudou-nos a popularizar o teor do projeto - colhêssemos subsídios para os debates que vamos desenvolver a partir de agora, com prazos de entrega de proposta de emenda, enfim os debates que vão acontecer daqui para frente.

Eu acho que houve alguns exageros, mas isso faz parte do processo democrático. Todos os participantes são pessoas de bem que querem o melhor, sem essa história de heróis e bandidos. Eu acho que todos tinham o sentimento de querer o desenvolvimento sustentável para Santa Catarina.

Mas eu constatei que grande parte da insegurança no campo, do descontentamento dos agricultores e do estresse que há no campo é por conta de uma dívida que o estado tem para com a sociedade. E na verdade está-se criando uma ilusão de que o Código Ambiental vai resolver essas questões apontadas. Por exemplo, o atraso das licenças ambientais deve-se à falta de estruturação, à falta de funcionários da Fatma, e o Código Ambiental não vai resolver isso. A acusação de truculência da Polícia Ambiental só vai-se resolver com regulamentação, capacitação, orientação, enfim, com debate. E não é o Código Ambiental que vai mostrar isso; se de fato há ou não truculência precisa ser verificado, e há instrumentos para isso.

A falta de acesso a projetos de licença e liberação das taxas de licenciamento ambiental gratuita para as pequenas propriedades rurais, conforme manda a lei, é uma decisão política do governador, e o Código Ambiental também não vai resolver essa questão.

Então, muitos problemas apontados seriam evitados, inclusive, se houvesse o zoneamento ecológico e econômico, o programa de gerenciamento costeiro, o programa estadual de recursos hídricos, o levantamento florestal, mais pesquisa no campo para aproveitar as potencialidades da nossa mata natural para haver técnicas de manejo sustentável das APPs, das áreas de reserva legal.

Tudo isso são planos que não serão resolvidos com o Código Ambiental, e se não forem resolvidos, o Código não surtirá os efeitos que a sociedade espera.

Acho que é hora de pararmos um pouco com certa demagogia que vemos nesses ambientes e discutirmos esse assunto com plena seriedade para podermos fazer os avanços no Código Ambiental que a sociedade espera e que nós temos obrigação de responder de forma positiva.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero cumprimentar v.exa. por ter acompanhado e participado de todas as audiências públicas.

Srs. deputados, na verdade, não tivemos uma mesa tão democrática, pois um lado teve mais participação que o outro; não houve igualdade, mas isso seria importante para justamente gerar esse debate para as pessoas tirarem suas conclusões. E esperamos que as idéias, as sugestões que hoje foram muitas, possam, de fato, ser incluídas.

Eu também estou perplexo, pelo que conheço da realidade da agricultura no estado, porque se está usando muito os agricultores familiares como bode expiatório para a questão ambiental. E sabemos muito bem que em Santa Catarina e no Brasil temos um problema de modelo de desenvolvimento de agricultura, principalmente, que exclui os agricultores. E agora a culpa de todos os problemas do meio ambiente não pode ser dada aos agricultores por causa desse processo de exclusão.

Nós queremos discutir renda, sim; queremos discutir questão ambiental e, principalmente, tratamento diferenciado, porque os agricultores não podem ser usados para uma lei ser aprovada, tratando todos de forma igual - e se diz que é o erro da legislação nacional -, mas temos que discutir a diferenciação da agricultura familiar, de uma propriedade de cinco hectares para uma propriedade de três ou quatro mil hectares no estado, pois não é possível tratar de forma igual.

Então, esperamos que esse assunto seja discutido e que avancemos nessa perspectiva.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Então, é esse o debate que precisa ser feito para podermos avançar nessas questões, porque a conta não pode ser paga somente pelo meio rural, pois há o meio urbano e outros setores produtivos que não participaram muito dessas audiências públicas, dando a impressão de que nós estávamos discutindo um código para a agricultura e não um código ambiental.

Outra questão é que a lei tem que tratar, como o deputado Dirceu Dresch falou, com diferença, pois a lei não pode tratar o pequeno produtor rural como o grande produtor. Temos que aproveitar para adaptar a realidade de Santa Catarina. Essa questão da bracatinga e da araucária já poderia ter sido resolvida, e há instrumentos para melhorar. E está na hora de instituímos a questão da compensação dos serviços ambientais aqui em Santa Catarina, pois vai distribuir renda no campo e dar oportunidade ao agricultor de permanecer no campo com os seus filhos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que acompanha esta sessão, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e também movimento das esposas e familiares, quero aproveitar a presença de todos para dizer que este plenário está mais bonito com vocês aqui.

Quero fazer um agradecimento, de público, a alguns deputados que apoiaram concretamente a possibilidade da presença de todos aqui, como os deputados Pedro Baldissera, Dagomar Carneiro, a deputada Ana Paula Lima, que não está na Casa hoje, mas em Brasília discutindo outro projeto, e todos os demais deputados que se somaram a essa luta da Lei n. 254, e às outras lutas da Segurança Pública, assim como aos demais deputados que também são solidários a esse debate, como o deputado Jean Kuhlmann, que relatou pelo arquivamento da PEC que possibilitava a privatização do Corpo de Bombeiros, e merece também a nossa consideração e o nosso aplauso.

Quero homenagear todos e todas vocês que, com a sua presença, aquecem este plenário, apesar de um silêncio quase glacial, como diz a música, de se falar insistentemente, talvez apenas para alguns companheiros que estão assistindo à TVAL, em um ano e dez meses de mandato, que é nosso, que é de vocês, tentando buscar alguma conquista para todos nós, e batendo em ferro frio, na maioria das vezes.

Nós ainda não tivemos o andamento adequado de nenhuma das questões importantes da Segurança Pública. A nossa confiança de 2006 foi traída, como já disse muitas vezes aqui desta tribuna. E a presença, a confiança de vocês no nosso trabalho, na luta que temos travado, é o que nos possibilita continuar remando.

Aproveito o momento para prestar uma homenagem a cada irmão de farda que morreu em serviço nos últimos anos: cabo Charleston, da Cavalaria, no ano 2001; soldado Damásio, do Bope; soldado Matias, de Barra Velha, em dezembro de 2004; soldado Edgar, de Brusque; soldado Sérgio Burati, de Criciúma, em agosto de 2003; soldado Joel Domingos, de Criciúma, em agosto de 2003; soldado Ilvânio, que trabalhava no extremo oeste e que morreu naquele acidente trágico em outubro do ano passado, entre Maravilha e São Miguel d'Oeste. Morreram também os seguintes bombeiros: cabo Borghetti, de São Miguel d'Oeste; soldado Daltoé, de Maravilha; soldado Franzosi, cabo Bagatini E Hélio Moss, bombeiros voluntários, todos de São Miguel d'Oeste; soldado Sidnei, de Joinville, que morreu há três meses, fazendo a escolta sozinho de um preso; soldado Marcelo Krausch, que foi assassinado no dia 27 de setembro aqui em Santo Amaro da Imperatriz; cabo França, que morreu para salvar todas as vítimas de uma mina incendiada em Criciúma há menos de um mês.

Eu li aqui 14 nomes de servidores da Segurança Pública que morreram no exercício da profissão. Não estou falando dos outros nem de doenças decorrente do exercício do cargo; estou falando de acidente, de fatalidade, de tiro. Eles morreram nos últimos anos, só nesses anos que estamos lutando pela Lei n. 254. As esposas deles ficam com menos da metade dos seus salários e estão passando necessidades. Enquanto isso há nesta Casa um projeto do governo para aumentar em quase 400% a pensão das viúvas dos ex-governadores. Nós queremos, no mínimo, a mesma dignidade, porque isso aqui é uma república, não uma é monarquia.

A nossa luta vai continuar! Na próxima quarta-feira, teremos reunião no estado inteiro e vamos ter um avanço na Lei n. 254, senão não teremos Segurança Pública neste verão.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, com aquiescência de v.exa., saúdo o vereador Morango, do município de São José do Itaperiú, que acompanha os trabalhos desta Casa e que vem, juntamente com os deputados da Assembléia Legislativa, prestar uma homenagem a um grande número de servidores públicos que recebem o reconhecimento do governo, da Assembléia Legislativa, aqui no salão desta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, primeiramente, quero cumprimentar o deputado Sargento Amauri Soares pela dedicação à sua classe e pela luta que ele tem feito, desde que chegou nesta Casa, em defesa dos seus companheiros de farda. Parabéns, nobre deputado, por sua dedicação!

Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. sabe que ser policial militar, hoje, é muito diferente do que há dez ou 15 anos. Antes o policial que trabalhava na linha de frente era respeitado pela bandidagem, pelos marginais. Hoje os marginais já não respeitam mais a farda, e em muitas situações atacam ao invés de fugirem quando a Polícia Militar chega. Muitas vezes eles enfrentam e vira uma verdadeira guerra.

Portanto, hoje um policial militar corre muito mais riscos do que há dez, 15 ou 20 anos. E a sua luta, com certeza, é a de todos esses cidadãos que estão aqui e também de todos nós, cidadãos catarinenses, para que tenham condições dignas de nos defender e arriscarem suas vidas em nosso nome.

(Palmas das galerias)  
Muito obrigado!

Sr. presidente, encaminhei uma moção a esta Casa solicitando que sejam tomadas providências em relação à chamada Curva do Arroz, próxima a Joinville, na BR-101. O deputado Antônio Aguiar conhece muito bem, pois passa por lá, e o deputado Kennedy Nunes conhece de cor e salteado aquela curva, pois passa pelo menos umas quatro ou cinco vezes por semana naquele local e sabe quantos acidentes têm acontecido lá.

O último acidente que tivemos foi com uma família que foi dizimada por falta de conhecimento do motorista, um menino de 20 anos que estava dirigindo o veículo, e também pela pista, que tem uma tendência a sair. Ou seja, ela deveria pender mais para dentro e vem para fora, e se a pessoa não a conhece, acidenta-se.

Estou fazendo uma moção para que o DNIT tome uma providência de pelo menos sinalizar aquela região - sinalizar, colocar sinaleiras de alerta para o perigo que significa aquela famigerada Curva do Arroz no nosso município de Joinville.

Também estou encaminhando uma solicitação, uma indicação ao governo do estado, para que institua, aqui em Santa Catarina, o que já foi instituído no estado do Paraná: um banco de DNA de pedófilos. No Paraná foi instituído e com certeza se fizemos isso aqui em Santa Catarina também vamos ver facilitada a condição de identificação dessa gente nefasta, horrorosa que são os chamados pedófilos. Com um banco de DNA consegue-se, com muito mais agilidade, chegar a um suspeito, a um eventual culpado de um crime hediondo dessas proporções também aqui em Santa Catarina. Esse foi o pedido que nós encaminhamos ao governo do estado.

O cidadão Jorge Mendes do Amaral, morador de Joinville, contêrraneo nosso, trabalha numa empresa de pré-moldados e há mais de seis meses detectou uma doença, um tumor na sua cabeça. E esse tumor só foi detectado porque ele pagou uma consulta particular, porque pelo SUS ele cansou de procurar o Hospital São José e não conseguiu fazer o exame necessário. Foi detectado o tumor e dito a ele que precisaria retirá-lo, fazer a cirurgia no mesmo mês.

Procurou os órgãos que, naturalmente, deveriam ser vocacionados para isso, o SUS, através do Hospital São José, e a fila de espera era simplesmente fenomenal, fantástica. Quem quiser morrer com uma doença dessas é só ir para a fila e aguardar. O cidadão, apavorado, procurou o médico com quem fez a consulta e este lhe disse: "Eu posso resolver o seu problema, vamos marcar já para a semana que vem, mas custará R\$ 42 mil." Quarenta e dois mil reais para tirar um tumor da sua cabeça! Ele tem um salário de R\$ 980,00 por mês para comprar comida, roupa, pagar aluguel, luz, água, e de que jeito vai arranjar R\$ 42 mil para fazer uma cirurgia, deputado Pedro Baldissera? Que loucura!

E esse cidadão, como tantos outros, procurou a nossa Casa maior em Joinville para que nós, de alguma forma, pudéssemos ajudá-lo. Estamos conseguindo a cirurgia para ele, provavelmente daqui a uns três ou quatro dias teremos a solução para esse problema, graças a uma reserva moral e profissional que temos em Joinville, que é o dr. Renato Castro! Esta é uma reserva moral e profissional que temos em Joinville, que já salvou inúmeras vidas dessa forma e irá salvar mais a vida desse cidadão, porque vai conseguir colocá-lo para fazer a cirurgia.

Queria que ficasse registrada nesta Casa a minha admiração e o meu respeito a esse médico joinvilense, chamado dr. Renato Castro.

Muito obrigado, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, quero fazer o registro, com muita alegria e satisfação, da presença do prefeito eleito de São José do Cedro, Renato Broetto, que até pouco tempo integrava os quadros diretivos da Epagri de nosso estado.

Obrigado, sr. deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. deputadas, quero aqui, com muita alegria, da mesma forma como o eminente deputado Herneus de Nadal registrou a presença do prefeito seu amigo, também registrar que esteve presente conosco o prefeito eleito de Porto Belo, Albert Stadler, o Currú, uma pessoa que se reelegueu pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pelo seu esforço pela comunidade. E juntamente com ele veio o nosso amigo democrata e vice-prefeito, Vadinho, que também, a partir do ano que vem, integrará a sua administração. Eu tenho certeza de que, juntos, irão fazer um grande trabalho.

Além disso, quero registrar a presença, neste Poder, do meu amigo vereador Cláudio Tonetti, de Laurentino, uma cidade maravilhosa que dá orgulho para o alto vale e que irá fazer um grande trabalho também, continuando o seu mandato de vereador daquele município.

O que me traz à tribuna hoje, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, são dois assuntos básicos. Primeiramente, quero falar novamente um pouco sobre a questão do Código Ambiental. Muito se tem falado deste assunto nesta tribuna, eu mesmo já tive a oportunidade de assomar uma vez à tribuna para falar a respeito disso, mas quero aqui reiterar aquilo que eu já falei.

O Código Ambiental não pode ser feito apenas para um lado ou para outro. O Código Ambiental não pode ser visto apenas como uma ferramenta de crescimento econômico do estado ou como uma ferramenta de proteção para os ambientalistas fazerem o seu trabalho de proteção ao meio ambiente. O Código Ambiental tem que ser visto como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina, e tem que seguir várias linhas, em vários aspectos.

Por isso que no ano passado, quando eu era secretário de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, comecei a levar esse debate junto com a Fatma, a pedido do governador Luiz Henrique, numa linha de fazer com que o Código Ambiental fosse primeiro a consolidação de todas as leis ambientais de Santa Catarina.

Srs. deputados, o cidadão mais humilde, aquele grande empresário que tem uma assessoria, consegue contratar um monte de gente para desenvolver um projeto, e mesmo assim ele gasta uma fortuna para aprová-lo, ao invés de gastar o seu recurso para melhorar o seu produto e gerar mais emprego. Mas o agricultor não sabe qual lei deve seguir, pois temos em Santa Catarina 27 leis na área ambiental. Ele fica, muitas vezes, deputado Kennedy Nunes, que nem uma barata tonta, não sabendo qual lei seguir, o que tem que fazer. E não sabe também qual o caminho para ser uma pessoa que respeita a lei, porque às vezes ele também não entende a interpretação de tantas legislações.

O Código Ambiental é fundamental para simplificar a vida do catarinense, para que ele possa entender melhor quais são as regras do jogo, o que pode e o que não pode, o que deve e o que não deve. Ele tem que servir para isso no primeiro momento, para simplificar todas as regras e deixar claro para que o catarinense possa ter uma lei única e respeitar aquela diretriz.

Agora, qual é a grande questão e o avanço que o Código Ambiental tem que trazer para o nosso estado, srs. deputados? Eu vou dizer isto novamente nesta tribuna, deputado Pedro Baldissera: o Código Ambiental tem que ser um avanço. Nós temos que mostrar que a realidade de Santa Catarina é diferente da de Mato Grosso, da Bahia e da Amazônia; temos que mostrar que nós temos a nossa realidade, e que por isso esse Código tem que existir com a cara e o jeito do povo de Santa Catarina, com o jeito do desenvolvimento que o catarinense precisa.

Esse Código tem que ser feito para o catarinense e não para o morador da Amazônia, deputado Reno Caramori; ele tem que ser feito para que o agricultor catarinense seja respeitado, para que aquela pessoa que depende da produção seja respeitada e que, ao mesmo tempo, conheça as regras claras de respeito ao meio ambiente para que possa fazer a sua parte. Porque ele sabe há muitos e muitos anos, e eu tenho certeza de que é o cidadão mais humilde que sabe disso, que para poder plantar vai ter que respeitar o meio ambiente, a fim de conservar a natureza e poder utilizar a terra durante muito tempo, e as próximas gerações também. Então, isso é natural! O colono sabe disso!



Agora, nós temos que ousar e se houver necessidade de ocorrer uma discussão com relação ao Código Florestal, no sentido de avançar para o desenvolvimento do estado, eu sou favorável. Porque não entendo e não consigo admitir que uma lei feita para a Amazônia, uma lei feita para o Mato Grosso tenha que ser respeitada em várias regiões de Santa Catarina onde não cabe. Nós temos que fazer uma lei com o jeito e a cara de Santa Catarina!

E aí até entendo que a legislação federal, deputado Reno Caramori, deveria permitir que o Plano Diretor dos municípios fosse soberano, que o Plano Diretor dos municípios legislasse mais em algumas questões do que o próprio Código Florestal, do que o próprio Código Ambiental do estado, já que ninguém melhor para conhecer a sua realidade do que o cidadão de cada cidade, do que os vereadores que aprovam o Plano Diretor com base numa série de audiências públicas que devem ser realizadas e que têm que ser respeitadas.

Então, eu defendo que o Plano Diretor seja soberano e que o Código Ambiental seja feito com a cara do povo de Santa Catarina.

Outra questão que eu quero trazer a esta tribuna, rapidamente, srs. parlamentares - e não vou poder ater-me muito, sr. presidente a esse assunto -, refere-se a algo que eu fiquei um pouco chateado, um pouco estarecido.

O deputado Nilson Gonçalves já trouxe a esta tribuna a questão do exame psicotécnico em Santa Catarina. Se fizermos um comparativo com a sua linda cidade, Joinville, com Florianópolis, deputado Reno Caramori, veremos que Blumenau tem menos da metade de psicólogos fazendo o exame psicotécnico. Na última semana, um psicólogo somente atendeu a 250 pessoas!

Eu quero trazer este assunto na próxima semana e vou cobrar. Tenho o apoio do diretor do Detran, dr. Vanderlei, que está dando atenção ao esse caso. Mas vou cobrar do governo do estado porque isto é inadmissível: tratar cidadãos numa sala como se fossem uma boiada!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência gostaria de registrar, com satisfação, a presença da vereadora Rita Campos, de Capão Alto, e da vereadora Terezinha Branco de Moraes, de Campo Belo do Sul. Sejam bem-vindas!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, há exatamente 11 anos nós, desta tribuna, discutimos calorosamente com os parlamentares da época - e alguns continuam deputados - um convênio firmado pelo governo do estado com os cartórios de registro de Santa Catarina, através do Siredoc, segundo o qual os compradores de automóvel, de máquina, de caminhões financiados por órgãos financiadores deveriam registrar os contratos de compra e venda no cartório, pagando 1% sobre o valor financiado.

Na época, felizmente, os catarinenses foram vitoriosos, quando a Justiça determinou a não-exigência de registro em cartório quando da compra de veículo financiado.

Sr. presidente, o documento hábil, o documento de maior precisão, o documento sem o qual o proprietário não faz nada, exceto ser preso, é o certificado de propriedade. Porque o proprietário de veículo que não portar o certificado de propriedade não é dono, estará cometendo uma ilegalidade e será detido pelas autoridades. E lá no certificado, deputado Nilson Gonçalves, consta a alienação fiduciária em favor do banco, da financeira. Não existe documento mais fiel do que o certificado de propriedade.

Mas não pára por aí, presidente deputado Valmir Comin. Isso ocorreu em 1997. Em 2000 voltou novamente a tentativa da cobrança e mais uma vez foi abordada pela Justiça. Em 2001 retornou a esta Casa a discussão, em mais uma tentativa de lesar o bolso do catarinense. Em 2005 mais uma vez outra tentativa, mas também não tiveram êxito.

Onze anos após, exatamente no dia 11/11/2008, surge uma nova Portaria n. 39, em que mudaram alguma coisa. De convênio, deputado Dirceu Dresch, que era o documento até então tentado, passaram para contrato.

(Passa a ler.)

"[...]os contratos firmados entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão/Fundo para Melhoria da Segurança, com interveniência do Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina - DETRAN/SC e os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do Estado de Santa Catarina."[sic]

Mas não pára por aí. Eu não estou aqui em absoluto tentando deixar um faturamento gordo aos cartórios e aos conveniados, aos contratantes, até porque vejamos, então:

(Passa a ler.)

"04/11/2008 - audiência pública na Câmara dos Deputados. O diretor Nacional do Denatran, sr. Alfredo Peres da Silva, afirma que o registro em cartórios não é necessário."

Temos mais aqui, do Superior Tribunal de Justiça:

(Continua lendo.)

"STJ - 10/04/08 - Primeira turma do STJ nega recurso da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg/BR) contra o Detran/PR."

Mais uma jurisprudência do STJ de São Paulo.

(Continua lendo.)

"STJ - Segunda turma do STJ nega recurso do Sindicato dos Notários e Registradores de São Paulo contra necessidade do registro em cartório."

E assim nós temos aqui no estado de Santa Catarina as cinco tentativas que a Justiça mostrou que não é legal, que não é o correto, que não há necessidade da publicação desses contratos!

Repito, mais uma vez, é um documento hábil, comprobatório, que dá garantia à financeira. É o que consta no certificado de propriedade, que é a alienação fiduciária.

Por isso nós voltamos ao assunto, atendendo a uma solicitação da Fenabrave, do Sindicato dos Revendedores, dos Garagistas, do cidadão, dos tantos que nos ligaram, como o presidente da comissão de Transporte, para que tomássemos uma atitude nesta Casa.

Portanto, no dia de ontem, nós entramos com um pedido de informação solicitando cópia dos contratos. Nós não conhecemos o contrato que consta desta Portaria n. 39.

Fizemos uma proposta também para que seja sustado o ato pela comissão de Constituição e Justiça desta Casa, e também sugerimos o encaminhamento de toda essa documentação para o Ministério Público para que ele tome as providências no âmbito judicial.

Repito, não tenho nada contra. Esta Casa tem a grande responsabilidade, deputado Professor Grandó, de defender o nosso povo. Esta Casa é a ressonância e a vontade do povo. Por isso temos a responsabilidade e jamais vamos no omitir perante uma situação como essa.

A situação não é fato para ninguém no mundo todo. Existem estados que estão incentivando, que estão subvencionando montadoras para que não dispensem funcionários. Estão fazendo com que o estado participe na iniciativa privada, para dar andamento à economia daquele estado. E o nosso estado vem penalizar, mais uma vez, aquele que tem a vontade e a necessidade de adquirir um veículo motorizado, ou uma moto, e tem que, além das prestações e de todas as custas da legalização do veículo, pagar ainda um valor, que não sabemos ao certo porque não temos o contrato, mas já foi de 1% sobre o valor do financiamento, onerando cada vez mais o seu bolso. Além da burocracia, do vaivém no registro e volta para o Detran...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Rogério Mendonça, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente e srs. deputados, vou utilizar a primeira parte deste espaço destinado ao PMDB, deputado Kennedy Nunes, e na seqüência o deputado Moacir Sopelsa concluirá o horário.

Mas hoje vou utilizar este espaço, deputado Pedro Baldissera, para prestar uma homenagem a um engenheiro agrônomo, um exemplo de profissional, um exemplo de ser humano.

(Passa a ler.)

"Na última quinta-feira, dia 13 de novembro, aos 81 anos, nos deixou o maior conhecedor dos solos de Santa Catarina, o engenheiro agrônomo Murilo Pundek.

Nascido em Curitiba, em 12 de setembro de 1927, Pundek terminou a graduação em agronomia em 1952 e veio para o nosso estado cinco anos depois, ao ingressar na Associação de Crédito e Assistência Rural, nossa saudosa e querida Acaresc, empresa, deputado Dirceu Dresch, onde tive o orgulho de trabalhar por muitos e muitos anos, dando assistência aos agricultores.

Fez sua carreira profissional sempre com destacada atuação. Pertenceu à primeira turma de extencionistas rurais no estado, sendo o primeiro agrônomo a atuar no município de Indaial. Além de extencionista municipal, foi supervisor regional, supervisor estadual e coordenador estadual. Desde o início de sua carreira sempre se dedicou ao estudo dos solos, fato que o tornou o maior cientista da área em Santa Catarina e um dos maiores do Brasil.

Coordenou a Operação Fertilidade em Santa Catarina, ação que teve reflexos diretos no aumento da produção e produtividade das principais culturas. Foi o profissional da agronomia que capitalizou os maiores resultados práticos nesta área.

Graças ao conhecimento e ensinamentos transmitidos pelo dr. Murilo, o estado, que produzia 1.500kg de milho por hectare, passou a produzir 5.300kg por hectare. No arroz, deputado Professor Grandó, pulamos de 2.500kg para 10.800kg por hectare, em média.

O município de Agronômica, no alto vale, ostenta o título de campeão mundial de produtividade, com 15.000kg, superando o Japão e as Filipinas, tradicionais produtores e consumidores de arroz.

O dr. Murilo coordenou o Pró-Varzeas, programa de sistematização dos solos de baixada na costa catarinense e vale do Itajaí, que, associado às tecnologias geradas na Estação Experimental de Itajaí, promoveu a verdadeira revolução na cultura do arroz no nosso estado.

Foi professor pioneiro de edafologia (estudos do solo), no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina.

Fez da capacitação dos profissionais ligados ao setor agrícola catarinense a sua grande bandeira, deputado Moacir Sopelsa.

Construiu uma metodologia diferenciada, participativa, para fazer chegar aos técnicos catarinenses os conhecimentos existentes sobre identificação, sobre classificação, uso e manejo dos solos. Sabiamente, o dr. Murilo transformava temas complexos em temas simples e facilmente compreensíveis.

Deixou essa vida terrena fazendo o que mais gostava: ministrando um curso para os técnicos lá na sua região de Concórdia, deputado Moacir Sopelsa, onde faleceu trabalhando e ministrando cursos para os técnicos no seu município de origem. O peso da idade absolutamente não afastou o seu espírito juvenil e a convivência com os jovens. Seu humanismo era contagiante.

Deixou esposa, três filhas, e um filho também engenheiro agrônomo e muitos netos. O dr. Murilo foi um sábio que se eternizará. Os sábios se eternizam. Ele engrandeceu a categoria dos engenheiros agrônomos, categoria esta da qual eu faço parte, e também as instituições em que trabalhou: a Acaresc e agora a nossa Epagri.

A vida do dr. Murilo Pundek é a aula que não terminou na manhã do dia 13, quinta-feira passada, no Centro de Treinamento da Epagri, em Concórdia. Nossas homenagens a esse ilustre profissional e a toda sua família.

Estava também, juntamente com os técnicos da Epagri/Ciram, organizando para esta semana (do dia 17 ao dia 21 de novembro) uma viagem de estudo percorrendo toda Santa Catarina, região do planalto serrano e meio-oeste, com a participação dos 50 maiores especialistas de solos de todo o Brasil, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.

Nessa semana, também por coincidência, ele receberia, em Brasília, a Medalha do Mérito concedida aos profissionais que, de alguma forma, contribuíram para a melhoria da qualidade de vida e progresso da sociedade, desenvolvimento tecnológico e aprimoramento técnico das profissões que compõem o Sistema Confea/Crea - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia."

O peso da idade não afastou o seu espírito juvenil, como já disse, absolutamente, e também a sua convivência com todos os jovens de Santa Catarina.

A nossa homenagem, portanto, a esse ilustre catarinense, a esse ilustre profissional, bem como a toda sua família, por tudo o que ele fez durante a sua vida pelo nosso estado, mas, especialmente, pela nossa agricultura de Santa Catarina. Muito obrigado!

Na seqüência, o restante do espaço do nosso partido, o PMDB, será utilizado pelo deputado Moacir Sopelsa. Penso que ele vai ocupar esta tribuna para falar das audiências públicas relativas ao nosso Código Ambiental, que está sendo tão debatido em todo o estado e que, com certeza, trará resultados também para toda a sociedade, mas muito especialmente para os nossos agricultores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu também quero deixar registrado um reconhecimento, deputado Rogério Mendonça, ao trabalho do dr. Murilo junto à Acaresc e depois junto à Epagri. Ele realizou um grande trabalho e Santa Catarina, na questão de produtividade e na questão de produção, deve muito a esse cidadão que contribuiu tanto na pesquisa e no desenvolvimento da agricultura do estado.

Mas quero, primeiro, agradecer ao deputado Edson Dias (Piriquito), que nos concedeu o horário destinado ao PMDB, esses dez minutos, para que eu pudesse registrar aqui, srs. deputados, as dez audiências públicas, deputado Romildo Titon, que tivemos a oportunidade de realizar.

Participamos de todas e pudemos ouvir o que pensa, deputado Antônio Aguiar, a sociedade catarinense. Houve a participação de todos os segmentos: da produção agrícola, dos técnicos, da indústria, do comércio, enfim, de todos os setores da sociedade. É realmente uma questão, deputado Jean Kuhlmann, que iniciou ainda quando v.exa. era secretário de Desenvolvimento Econômico. E precisamos

reconhecer que esse projeto veio a esta Casa com a intenção de encontrarmos o caminho que dê o equilíbrio ao desenvolvimento, ao meio ambiente do estado de Santa Catarina.

Quero registrar, deputado Jean Kuhlmann, o reconhecimento ao nosso governador Luiz Henrique, aos secretários Onofre Santo Agostini e Antônio Ceron e a v.exa., deputado, que já iniciou esse trabalho lá na secretaria.

Quando fomos secretário da Agricultura, começamos a ouvir da sociedade o que ela pensava sobre o meio ambiente. E pudemos ver efetivamente que algumas coisas precisam ser ajustadas. É claro que o projeto ainda não prevê os 100% daquilo que precisamos, mas devemos deixar registrado aqui que as audiências públicas mostraram que os 30m de preservação do lado de cada rio, de cada córrego, não é possível que sejam executados nas propriedades pequenas.

As audiências públicas também deixaram claro que a propriedade já consolidada, aquela propriedade que existe e está produzindo... E muitas são as próprias residências dos nossos agricultores que estão dentro das APPs, mas que não estão poluindo, estão preservando e devem ter, deputado Valmir Comin, a sua continuidade.

Então, são pontos fundamentais, pontos exatos que vêm ao encontro do anseio da sociedade catarinense, especialmente na questão da agricultura.

Neste estado temos pequenos produtores. Falamos que 90% das propriedades têm menos de 50 hectares. Mas eu diria que, das nossas propriedades, 80% têm menos de 30 hectares. Ou seja, são propriedades de cerca de 20 hectares. Por isso precisamos trabalhar uma legislação diferente.

É claro que vamos nos deparar com a Constituição Federal. Agora, aquilo que está nela é uma coisa e aquilo que são resoluções, aquilo que são medidas provisórias, no meu modesto entendimento de um produtor são inferiores à lei que o estado de Santa Catarina pode fazer. E sabemos que muita coisa está sendo regida por medida provisória, por resoluções que não têm a força da lei do estado.

É a mesma coisa quando vemos a questão da bracinga. Deputado Jean Kuhlmann - e v.exa. trabalhou nessa direção -, o deputado Rogério Mendonça, junto comigo, está apresentando uma emenda ao Código Ambiental para regulamentar o manejo do corte da bracinga em Santa Catarina.

A mesma coisa acontece com o pinheiro araucária, quando se diz que é uma espécie em extinção, o que não é verdade - o deputado Professor Grandó tem falado muito sobre isso. E nós precisamos dar oportunidade de manejar essa espécie para que os nossos produtores, para que os nossos agricultores reflorestadores tenham a oportunidade de continuar plantando e colhendo isso que foi uma reserva que os antigos deixaram e que aqueles que preservaram hoje não têm o direito de usar.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado, quero parabenizar v.exa. e os deputados estaduais que estiveram em todas as audiências públicas.

Gostaria de dizer que, em meu entendimento, deputado Moacir Sopelsa, talvez o maior ensinamento, o maior aprendizado que os deputados tiveram nas audiências públicas que aconteceram foi que Santa Catarina não é igual à Amazônia, não é igual ao Mato Grosso, não é igual à Bahia e não é igual a nenhum outro lugar deste país, porque Santa Catarina tem a sua geografia, o seu relevo, a sua condição de existência, a sua condição geográfica e a sua condição para a agricultura. Aqui, enquanto um produtor rural, na grande maioria, como v.exa. falou, tem uma propriedade de no máximo de 50 hectares, em outros estados há propriedades talvez de, no mínimo, 500 hectares.

Então, a diferença é muito grande e o Código Ambiental tem que servir para isto: ressaltar a nossa diferença e mostrar para o país que quem entende de Santa Catarina é o catarinense e não quem está em Brasília.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann, pela sua contribuição. Tenho absoluta certeza de que v.exa. também vai estar aqui para defender um Código Ambiental que dê equilíbrio para o estado de Santa Catarina na questão da produção, na questão do meio ambiente.

Como disse hoje na audiência pública aqui em Florianópolis a nossa deputada Professora Odete de Jesus, nós temos que valorizar aquele povo do campo porque é ele que produz para termos alimentos, para termos o leite para colocar na mesa dos nossos consumidores. E se não olharmos para esse setor, se não o diferenciarmos, tenho certeza de que vamos ter o abandono de milhares de propriedades que, para as suas famílias, precisam dessa vida na agricultura.

A mesma coisa acontece quando temos uma legislação que nos obriga a registrar 20% das nossas áreas de terras para que elas sejam áreas permanentes de conservação. E quem que vai pagar essas áreas para o nosso agricultor?

Deputado Antônio Aguiar, um agricultor que tem 20 hectares precisa registrar e deixar como reserva permanente 20%. São quatro hectares! Nós temos que ver que 20% de uma pequena propriedade pode tirar o sustento de uma família.

Então, temos que buscar para aquele que preserva também uma forma de dar-lhe a remuneração necessária. A obrigação de preservar é de todos, e estamos, nesse momento, olhando muito mais para o setor produtivo do que para o setor urbano.

Quero aproveitar para agradecer à Presidência desta Casa, à Mesa desta Casa, que nos deu a oportunidade de reunirmos milhares de pessoas através das dez audiências públicas que realizamos.

E temos que deixar registrado um agradecimento também aos funcionários da Casa, àqueles que fizeram o trabalho de assessoria aos parlamentares. Realmente foi um exemplo de trabalho que pudemos trazer e assim orientar-nos para estabelecer um calendário e votarmos essa lei aqui.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Temos que ter cuidado com essa questão da política compensatória, assistencialista. Não é transformar o agricultor e ganhar um vale-gás. Não é nada disso! Ele quer dignidade, quer preço mínimo e oportunidade de trabalhar.

Então, devemos ter cuidado com aquilo que vem com essas políticas compensatórias de auxílio que não são suficientes. Isto nunca foi esclarecido: o quanto e de que forma.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado.

É claro que temos que cuidar para Santa Catarina não se transformar num estado de preservação e que os nossos agricultores, as nossas indústrias possam migrar para outros estados aonde vão encontrar a possibilidade do desenvolvimento. É verdade: Santa Catarina já tem mais de 30% das suas áreas de terras preservadas, ou por mata nativa ou por mata plantada ou por capoeiras. Temos que ter essa sensibilidade e essa consciência de que o estado precisa preservar, mas o estado também precisa ter a oportunidade de produzir e de desenvolver-se.

Por isso a nossa responsabilidade. E eu tenho certeza de que todos vão ser responsáveis por irmos buscar uma proposta que venha ao encontro da necessidade deste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0292/2008, de autoria do deputado Edison Andrino; 0301/2008, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0668/2007, de autoria do deputado Edson Dias (Piriquito).

Outrossim, comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0166/2008; 0182/2008; 0315/2008; 0316/2008; 0318/2008; 0319/2008; 0320/2008; 0321/2008; 0322/2008; 0323/2008; 0324/2008; 0325/2008; 0327/2008; 0328/2008; 0329/2008; 0331/2008; 0332/2008; e 0333/2008, todos de autoria de entidade social.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0210/2008, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia São José, com sede no município de Massaranduba.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0280/2008, de autoria do deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública o Grupo de Poetas Livres, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0282/2008, de autoria do deputado Renato Hinnig, que declara de utilidade pública a Aconthif - Associação dos Contadores de Histórias de Florianópolis -, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0296/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que declara de utilidade pública o Grupo de Assistência Social Paraíso, com sede no município de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0300/2008, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública a Associação de Apoio aos Portadores de Esclerose Múltipla da Grande Florianópolis, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0302/2008, de autoria do deputado Renato Hinnig, que declara de utilidade pública a Associação de Criadores de Pássaros de Palhoça, com sede no município de Palhoça.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0313/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Associação Convention & Visitors Bureau de Tubarão e região, com sede no município de Tubarão.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0322/2008, de autoria do deputado Pedro Uczai, que declara de utilidade pública a Associação dos Ciclouários da Grande Florianópolis - Viaciclo -, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0186/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira, que denomina Artur Paganini o trecho da Rodovia SC-439 entre os municípios de Rio Rufino e Urupema.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0264/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia Estadual de Limpeza das Praias.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0420/2008, 0421/2008 e 0422/2008, de autoria do deputado Genésio Goulart; 0423/2008, 0424/2008, 0425/2008 e 0426/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0427/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli e 0428/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Requerimento de autoria de lideranças partidárias, que solicita regime de prioridade para o Projeto de Lei n. 0238/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro e outros, que solicita a apreciação pelo Plenário do parecer da comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n. 0301/2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Lages, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Federal de Enfermagem de Santa Catarina, cumprimentando-o pela posse no cargo daquela entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao dentista Fábio Bibancos e à dentista Miriam da Rosa, cumprimentando-os pelos trabalhos desenvolvidos na ONG do Bem, proporcionando melhora na qualidade de vida e auto-estima aos mais necessitados.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Lages, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Unoesc e ao presidente da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, cumprimentando-os pelo aniversário de fundação daquela instituição de ensino.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação dos Doadores de Sangue da Região do Município de Canoinhas, cumprimentando-o pelo aniversário de fundação daquela instituição.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretora do Fórum da Comarca de Canoinhas, cumprimentando-a pelos 95 anos de instalação daquela comarca.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, cumprimentando-o pela realização do 3º Simpósio de Geografia.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e ao diretor do Fórum da Comarca de São José, cumprimentando-os pela instalação da 2ª Vara da Família naquela comarca.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Empresa Tractebel Energia, de Florianópolis, cumprimentando-o pelo lançamento do livro *Energia para o Brasil*.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Catarinense de Engenheiros, de Florianópolis, cumprimentando-o pela eleição e posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina, cumprimentando-o pela eleição e posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação Catarinense dos Municípios, cumprimentando-o pela realização do 6º Congresso Catarinense de Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Fiesc, cumprimentando-o pela apresentação do estudo "Pré-Sal: Implicações Econômicas para Santa Catarina".

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, cumprimentando-o pelos 40 anos de fundação daquela universidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor do Hospital Dona Helena, de Blumenau, cumprimentando-o pela realização do 10º Simpósio Catarinense de Bioética.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Sindicato dos Farmacêuticos de Santa Catarina, cumprimentando-o pela realização do 14º Farmapólis - Encontro com a Saúde.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, cumprimentando-o pela realização do Painel de Idéias ADVB/SC.

A Presidência defere de plano.

Esta Presidência comunica que, a pedido do autor, está retirado da pauta o requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita a convocação do secretário da Educação Paulo Bauer para prestar esclarecimentos sobre a implantação em Santa Catarina da Lei Federal n. 11.738.

Consulta os líderes se podemos votar o Projeto de Lei Complementar n. 0030/2008, de procedência do Ministério Público, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Santa Catarina e adota outras providências, e também o Projeto de Lei n. 0034/2008, de procedência do Tribunal de Justiça do estado, que altera a redação da Lei Complementar n. 0339, de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Estes projetos já tramitaram e foram aprovados nas comissões.

A votação será nominal por processo eletrônico.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0034/2008, de procedência do Tribunal de Justiça do estado, que altera a redação da Lei Complementar n. 0339, de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" a rejeitam.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA  
DEPUTADA ANA PAULA LIMA  
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR  
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

sim

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO  
DEPUTADO DADO CHEREM  
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO  
DEPUTADO DARCI DE MATOS  
DEPUTADO DÉCIO GÓES  
DEPUTADO DIRCEU DRESCH  
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)  
DEPUTADO EDISON ANDRINO  
DEPUTADO ELIZEU MATTOS  
DEPUTADO GELSON MERÍSIO  
DEPUTADO GENÉSIO GOULART  
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL  
DEPUTADO JAILSON LIMA  
DEPUTADO JANDIR BELLINI  
DEPUTADO JEAN KUHLMANN  
DEPUTADO JOARES PONTICELLI  
DEPUTADO JORGINHO MELLO  
DEPUTADO JULIO GARCIA  
DEPUTADO KENNEDY NUNES  
DEPUTADO MANOEL MOTA  
DEPUTADO MARCOS VIEIRA  
DEPUTADO MOACIR SOPELSA  
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO  
DEPUTADO NILSON GONÇALVES  
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA  
DEPUTADO PEDRO UCZAI  
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO  
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS  
DEPUTADO RENATO HINNIG  
DEPUTADO RENO CARAMORI  
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA  
DEPUTADO ROMILDO TITON  
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES  
DEPUTADO SERAFIM VENZON  
DEPUTADO SILVIO DREVECK  
DEPUTADO VALMIR COMIN

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

Está encerrada a votação.

Temos 27 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado com a emenda modificativa, em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0030/2008, de procedência do Ministério Público, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" a rejeitam.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA  
DEPUTADA ANA PAULA LIMA  
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR  
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR  
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO

sim

DEPUTADO DADO CHEREM  
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO  
DEPUTADO DARCI DE MATOS  
DEPUTADO DÉCIO GÓES  
DEPUTADO DIRCEU DRESCH  
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)  
DEPUTADO EDISON ANDRINO  
DEPUTADO ELIZEU MATTOS  
DEPUTADO GELSON MERÍSIO  
DEPUTADO GENÉSIO GOULART  
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL  
DEPUTADO JAILSON LIMA  
DEPUTADO JANDIR BELLINI  
DEPUTADO JEAN KUHLMANN  
DEPUTADO JOARES PONTICELLI  
DEPUTADO JORGINHO MELLO  
DEPUTADO JULIO GARCIA  
DEPUTADO KENNEDY NUNES  
DEPUTADO MANOEL MOTA  
DEPUTADO MARCOS VIEIRA  
DEPUTADO MOACIR SOPELSA  
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO  
DEPUTADO NILSON GONÇALVES  
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA  
DEPUTADO PEDRO UCZAI  
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO  
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS  
DEPUTADO RENATO HINNIG  
DEPUTADO RENO CARAMORI  
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA  
DEPUTADO ROMILDO TITON  
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES  
DEPUTADO SERAFIM VENZON  
DEPUTADO SILVIO DREVECK  
DEPUTADO VALMIR COMIN

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Queria apenas cumprimentar o prefeito de Otacílio Costa, Altamir José Paes, e também o nosso futuro prefeito, Denilson Luiz Padilha.

Desejo, bem como o deputado Elizeu Mattos, que o senhor possa dar continuidade ao grande trabalho que o prefeito Altamir José Paes fez naquele progressista município.

Muito obrigado, sr. presidente, deputado Valmir Comin!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Está encerrada a votação.

Temos 26 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado em primeiro turno.

Consulta os srs. líderes se podemos votar os dois projetos em segundo turno.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância dos líderes, encerramos a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h32min, para a votação das matérias em segundo turno.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 029ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h32, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio

Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann -

Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson

Gonçalves - Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0030/2008, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Temos 28 votos "sim".

Está aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0034/2008, que altera a redação da Lei Complementar n. 339, de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	
DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Temos 27 votos "sim".

Está aprovado em segundo turno com a emenda modificativa.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0186/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira, que denomina Artur Paganí o trecho da SC-439, entre os municípios de Rio Rufino e Urupema.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do projeto de Lei n. 0264/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia Estadual de Limpeza das Praias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência consulta os srs. líderes se podemos encerrar a presente sessão para votar a redação final das matérias.

(Os líderes aquiescem.)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h36, com a seguinte Ordem do Dia: votação da redação final das matérias anteriormente aprovadas.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 030ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h36, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Darcy de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopesa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

## SUMÁRIO

Ordem do Dia

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Discute moção de sua autoria, que solicita estudos urgentes e sinalização de alerta no Km-51 da BR-101 que dá acesso ao município de Joinville.

Explicação Pessoal

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Fala sobre o encontro do Parlasul no Uruguai.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Critica o governo do estado no tocante ao cumprimento da Lei n. 254 e quanto à adoção do piso nacional do Magistério.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Defende o governo do estado quanto às críticas ao não-pagamento da Lei n. 254 e ao piso nacional do Magistério.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Reporta-se à comemoração dos 95 anos da comarca e elogia a inauguração de obras, pelo governo do estado, em Canoinhas; discorre sobre a viagem que fez à Europa na comitiva do governador.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Posiciona-se quanto ao piso nacional do Magistério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0034/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0030/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0264/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0186/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0210/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0280/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0282/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0296/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0300/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0302/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0313/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0322/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao ministro da Educação, ao secretário de estado da Educação e aos membros do Fórum Parlamentar Catarinense, manifestando preocupação com a atual situação financeira e institucional das universidades comunitárias e pedindo que seja dada atenção especial no sentido de tentar encontrar soluções no repasse de recursos financeiros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Genésio Goulart, a ser enviada à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando gestões junto às esferas de governo para que as obras do aeroporto de Jaguaruna sejam concluídas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Genésio Goulart, a ser enviada à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando apoio junto ao governo federal na adoção de medidas urgentes no sentido de ser viabilizada a construção da segunda etapa do aeroporto de Jaguaruna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao coordenador-geral da ANTT, solicitando providências para agilizar os reparos no trecho da BR-116 entre os municípios de Mafra e Papanduva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando urgência na regulamentação da Emenda Constitucional n. 29.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando estudos visando apresentar emendas à Medida Provisória n. 446.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao coordenador-geral da ANTT, Unidade Regional do Rio Grande do Sul, solicitando estudos urgentes e sinalização de alerta no Km-51 da BR-101 que dá acesso ao município de Joinville.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Gostaria apenas de corroborar com tudo isso que eu passei, sr. presidente, só para que as pessoas saibam que se trata da curva do arroz, da BR-101, onde temos acidentes constantemente.

Há alguns dias, houve um último acidente que acabou dizimando toda uma família, por conta da pista que não foi feita como deveria e que leva pessoas que não conhecem o local a se acidentar. Essa família que morreu ali acidentada, três pessoas, era de Guarujá, no estado de São Paulo. Aquela pista puxa para fora ao invés de fazer o contrário.

O que estamos querendo com esse requerimento é que se faça sinalização naquele local, que coloquem na curva do arroz uma sinalização como há lá na serra do Mossoroça, para evitar, simplesmente, que pessoas que estão passeando em nosso estado morram acidentadas justamente na entrada de Joinville.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Continua em discussão.

(pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria constante na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal. Inscrito para falar o sr. deputado Silvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, hoje quero falar um pouco sobre o nosso evento acontecido em Montevidéu, no Uruguai, onde participamos com uma comitiva composta por deputados e empresários que fazem parte do Parlasul. Estavam presentes os deputados Joares Ponticelli, Jailson Lima, Elizeu Mattos, empresários da Fiesc, da Fetrancesc, representantes dos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai e nós entendemos que a atividade do Parlasul tem sido de fundamental importância para o fortalecimento do bloco da América do Sul.

Srs. deputados, se analisarmos o que está acontecendo neste mundo globalizado, veremos que a Comunidade Européia se organizou e hoje tem um bloco econômico, social e cultural e está competindo no mundo dos negócios. A Alca, com os Estados Unidos, o Canadá e o México, é outro bloco. E os países asiáticos estão-se organizando em forma de comunidade para competir também no mundo dos negócios.

Nós, aqui na América do Sul, apesar da existência do Mercosul, estamos muito lentamente avançando para o fortalecimento desse bloco de países importantes, do qual o Brasil é o grande líder. Isso está sendo feito através das Assembleias Legislativas dos quatro estados do sul, dos Paramentos dos países da América do Sul e com a representação da UPM, que também tem o objetivo de fortalecer o bloco, mas, antes disso, de facilitar a integração, através de uma legislação mais prática, mais ágil, no sentido de tornar esses países e os estados do sul do Brasil mais integrados.

Para isso é importante também que as instituições estaduais e federais, passando pelas instituições jurídicas - e é o primeiro passo a ser dado para se constituir ou para se avançar neste bloco da América do Sul -, avancem através da cultura da integração econômico-social.

É evidente que não podemos perder de vista que, para tornar o bloco mais competitivo, investimentos deverão ser realizados e decisões políticas deverão ser tomadas. E citamos, como exemplo, o sistema viário, principalmente o sistema rodoviário, porque hoje, para se ter uma idéia, o trabalhador brasileiro, o motorista que percorre o Brasil, passando pela Argentina e chegando até o oceano Pacífico, que é um corredor de exportação, tem tido sérios problemas com a falta de atendimento seja na saúde, seja no socorro, principalmente na cordilheira dos Andes.

Um segundo aspecto é fazer a integração também pelo sistema ferroviário. O projeto da rede ferroviária, partindo do Mato Grosso do Sul, passando pelo Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e indo até a Argentina, deslocando-se ao oceano Pacífico, no Chile, o chamado corredor bioceânico, é importante. E por que é importante? É importante para diminuir o custo operacional, o custo logístico e o custo de transporte, uma vez que esse escoamento pelo oceano Pacífico reduzirá o custo do produto brasileiro e até de outros países da América do Sul, por conta de ser um transporte mais ágil, mais econômico, porque hoje os nossos produtos que são exportados pelo oceano Atlântico percorrem toda a costa brasileira e da América, como um todo para chegar ao continente europeu, enquanto através do oceano Pacífico estaríamos encurtando as distâncias, encurtando o tempo e tornando o nosso produto mais competitivo.

Sr. presidente, é evidente que não serão somente alguns parlamentares que irão conseguir. É preciso que isso seja definido através dos Executivos, tanto do presidente do Brasil, quanto do Uruguai, da Argentina, do Paraguai, do Chile e de outros países do bloco da América do Sul, pois terá que ser uma decisão conjunta para fortalecer o bloco da América do Sul e torná-lo mais competitivo até para poder fazer frente ao bloco da Comunidade Européia e da Alca.

Também tivemos a oportunidade de conhecer a chamada Zonamérica no Uruguai, onde os participantes acompanharam o trabalho do parque de negócios e tecnologias que funciona sob o regime de zona franca desde 1992, oferecendo isenção de impostos e oferecendo incentivos financeiros às empresas que lá se instalam.

(Passa a ler.)

"O parque de negócios agrega 250 empresas internacionais que exportam seus serviços ao mundo, nas mais diversificadas áreas. Com alta tecnologia e robusta infra-estrutura, oferece serviços de alto valor agregado e soluções integradas a empresas mundiais.

A zona franca comporta mais de 50 instituições financeiras instaladas, entre um total de 850 empresas de renome internacional. O centro universitário, o centro comercial e habitacional faz parte de um complexo que atende as necessidades de 6.300 profissionais que lá trabalham."

Então, sr. presidente e srs. deputados, esse evento certamente marcou para o avanço que nós, brasileiros e catarinenses, desejamos, até porque temos uma facilidade muito maior de fazer essa integração também aqui com o litoral catarinense.

Quero agradecer, em especial, a nossa comitiva que participou, que debateu e que vai continuar debatendo esse assunto, através do Parlasul. O nosso próximo encontro será no Brasil, provavelmente em Florianópolis.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TV Assembleia e ouvintes da Rádio Aleisc Digital, tivemos aqui hoje, deputado Valmir Comin, mais uma demonstração da insatisfação de segmentos da sociedade catarinense, cada vez mais crescente, com o governo do estado.

Sr. deputado Silvio Dreveck, eu me surpreendi com o grande número de esposas de policiais militares, de servidores da área da Segurança Pública que aqui vieram, mais uma vez, manifestar a sua indignação pelo fato de o governo, depois de cinco anos de aprovação da Lei Complementar n. 254, ainda não ter feito a integralização daqueles benefícios.

O que mais me chocou, deputado Silvio Dreveck, o que mais me chamou a atenção hoje, quando essas galerias estavam lotadas, foi a grande participação de crianças, de adolescentes, de filhos desses policiais que há cinco anos - alguns deles que estavam aqui não haviam nem nascido ainda naquela oportunidade, mas nasceram no advento de uma esperança renovada - estavam aqui com a esperança de dias melhores para os seus pais, na expectativa de uma vida mais digna, de uma valorização maior.

E o movimento, como lembrou o deputado Sargento Amauri Soares, não teve grande articulação, foi um movimento nascido da própria indignação das esposas desses serventuários da área da Segurança pública. Cinco anos de promessa! Cinco anos de espera! E não há justificativa para o não-cumprimento dessa lei, deputado Professor Grandó.

A receita de Santa Catarina, eu já disse isso e vou repetir quantas vezes forem necessárias, bate recorde a cada mês. O meu medo é que venham daqui a pouco dizer que é em função da crise financeira internacional, da crise imobiliária dos Estados Unidos que o governo não cumpriu a Lei Complementar n. 254.

Vale lembrar, deputado Valmir Comin, que quando a lei foi aprovada, e ela foi aprovada em novembro de 2003, estamos em novembro de 2008, a arrecadação média de Santa Catarina estava na casa de R\$ 350 milhões por mês. E qual era o compromisso, o que estava previsto na lei? Que a implementação daqueles benefícios aos policiais seria feita na medida em que houvesse um incremento da receita. A receita saltou de algo em torno de R\$ 350 milhões/mês para R\$ 1 bilhão/mês. Saltou de R\$ 350 para R\$ 1 bilhão! Mas os policiais e os seus familiares continuam aguardando o pagamento daquele cheque sem fundo que o governo deu há cinco anos.

Naquela época eu disse: "Esse aumento é virtual, tomara que quando vocês forem descontar esse cheque ele tenha fundos". E não tinha. São cinco anos de espera.

O que mais me preocupa é que me parece que todas essas tentativas não sensibilizam o governo. O governo continua fazendo de conta que não há uma insatisfação generalizada. E hoje o deputado Sargento Amauri Soares lembrou mais uma vez que o não-cumprimento da Lei Complementar n. 254 pode implicar no comprometimento da Operação Veraneio de Santa Catarina.

Nós já vivemos uma situação de insegurança crescente; nós já vivemos uma situação de violência crescente em nosso estado; os jornais, os noticiários relatam isso no dia-a-dia. E mesmo com essa insatisfação o governo insiste em fazer de conta que não ouve, que não vê; mostra-se insensível ao pleito pelo cumprimento de uma legislação que ele encaminhou para cá! Não é uma lei feita por algum deputado da Oposição. É uma lei de sua autoria que ele encaminhou e nós votamos à unanimidade nesta Casa! Cinco anos depois, mesmo com o crescimento de 200% da receita, o governo não honrou o compromisso e não deu uma resposta convincente.

Este momento é de preocupação e a minha manifestação é exatamente no sentido de reiterar essa preocupação. A insatisfação é generalizada e se nós tivermos uma ação deflagrada pela insatisfação que os servidores da área da Segurança Pública estão usando durante a Operação Veraneio, nós iremos ver a nossa imagem comprometida e todo o investimento que foi feito até hoje em mídia para promover o estado, para nos promover turisticamente, poderá ser jogado no lixo por conta dessa insensibilidade do governo em não cumprir a Lei Complementar n. 254.

Situação idêntica vive o Magistério. Eu tenho andado por esse interior, até porque a minha condição de presidente estadual do partido exige a minha presença com frequência em diversas regiões, deputado Valmir Comin, e não há justificativa para o fato de o governo de Santa Catarina ter ingressado com uma Adin junto ao Supremo Tribunal Federal para não cumprir a lei que fixa o piso nacional do Magistério.

Se fosse um estado do nordeste brasileiro, estados que a mídia com frequência divulga as dificuldades que têm até para honrar os seus compromissos; se fosse um estado que tivesse outra condição financeira pior do que Santa Catarina, até se compreendia isso. Mas o nosso estado entrar com uma Adin para não cumprir o piso nacional do Magistério, que é uma das maiores conquistas do Magistério brasileiro, encaminhado pelo presidente Lula e aprovado com agilidade pelo Congresso Nacional, não podemos aceitar! E aí o governo justifica: "Não, mas não é contra o piso, não é contra o valor, é contra o aumento da hora/atividade!"

Mas o que é isso?! Como este governo engana! Como este governo descumpra aquilo que assume durante a campanha! Logo este governo que em 2002, na primeira campanha, prometia equiparar o salário do professor do estado ao salário do professor de Joinville, e agora sequer se sujeita a cumprir uma legislação federal, que é a grande conquista do Magistério das últimas décadas.

Não dá para compreender. Deve ser o custo dessa megaestrutura administrativa de muito emprego e agora há mais uma pilha de candidatas a prefeito e vereador derrotados, porque na minha região só o que se fala é em abrigar nas SDRs quem perdeu a eleição para a prefeitura. Há disputa de candidato derrotado a prefeito, a vice-prefeito, a vereador por cargos na SDR. Não há outra finalidade para esse negócio a não ser transformá-lo em um grande cabide de empregos para abrigar os cabos eleitorais, os candidatos derrotados. E tudo isso à custa do não-cumprimento da Lei Complementar n. 254, que beneficia toda a área da Segurança, e tudo isso à custa da não-implementação do piso nacional do Magistério em Santa Catarina.



Enquanto isso, não sabemos se o governador já voltou de sua última turnê internacional, mas essa turma toda que nos assiste no dia-a-dia não...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o deputado lageano Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, antes de iniciar o meu pronunciamento quero registrar a presença, nesta Casa, do atual prefeito de Otacilio Costa, Altamir José Paes, e do prefeito eleito daquele município. O prefeito está mostrando o desenvolvimento, o grande trabalho feito num município que, hoje, faz a diferença não só na serra catarinense, como em todo o estado de Santa Catarina.

Quero desejar, então, ao prefeito eleito, Denilson Luiz Padilha, que continue o bom trabalho desenvolvido pelo prefeito Altamir José Paes.

Gostaria também de agradecer ao deputado Antônio Aguiar por ter aceitado trocar de horário comigo, possibilitando que eu possa manifestar-me neste momento.

Mas quero falar sobre duas questões levantadas pelo deputado Joares Ponticelli e a primeira delas é a Lei n. 254. É lógico que a Lei n. 254 é meritória, ninguém vai subir nesta tribuna e dizer que o nosso policial não merece essa lei.

Ontem eu discuti, debati, com o deputado Sargento Amauri Soares e não tiro o seu mérito, em momento algum. Mas pelo que foi colocado pelo nobre líder do PP, deputado Joares Ponticelli, parece que em relação à Lei n. 254 nada foi concedido até agora ao nosso policial. Entretanto, o próprio líder que representa os policiais nesta Casa, deputado Sargento Amauri Soares, disse ontem no debate que a Lei n. 254 foi cumprida em parte e que os policiais querem é que seja cumprido o restante.

Então, sr. presidente, é bom que aquele que nos assiste, que aquele que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital fique sabendo que houve avanços, sim, na Segurança Pública. Houve! Houve o cumprimento, em parte, da Lei n. 254? Houve! Houve, como nunca, o ingresso de policiais no estado de Santa Catarina? Houve! Houve, como nunca, promoções na Polícia? Houve! Houve, como nunca, viaturas novas e vagas nos presídios? Houve! Então, houve grandes avanços, mas, fazendo justiça, não se conseguiu cumprir a Lei n. 254 em sua totalidade. Por quê? Será que foi porque o governo não quer, porque nós não queremos, porque ninguém quer? O que é que acontece? Acontece que para cumprir uma lei que já foi aprovada não podemos dar um cavalo de tróia, dar uma coisa e não poder pagar.

Eu sei da vontade do governador de atender o pouco mais o nosso policial em sua necessidade, pois ele é merecedor disso, mas nós temos que atendê-lo com os pés no chão para não cair na mentira de não poder pagar e evitar fazer a onda do momento, dizendo que não vai haver greve, que vamos ter um bom verão e que no início do ano que vem haverá o cumprimento da Lei n. 254. Daí nós estaríamos mentindo e enganando!

Então, temos que agir e trabalhar com os pés no chão, com responsabilidade, para que quando dissermos que iremos cumprir alguma coisa da Lei n. 254 realmente isso seja verdadeiro e não seja simplesmente um discurso, não a cumprindo depois, pois isso é coisa do passado e não pode mais acontecer.

Eu quero dizer aqui, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que chegou agora, que a questão é meritória, o assunto é meritório. Aliás, a nossa Polícia merece, como o nosso professor merece. Mas outra questão levantada aqui é que o estado é contra o piso salarial do professor. Não é verdade. Primeiro de tudo, o estado não é contra o piso salarial implantado no país, o estado não entrou com a Adin contra o piso. O que se está discutindo é a hora/atividade fora da sala de aula. Hoje, são 20% de hora/atividade e irá agora para 33%. V.Exas. sabem o que significa isso? E eu quero aqui cumprimentar também o prefeito reeleito lá da nossa cidade, Cerro Negro, Janerson José Delfes Furtado, o Teba, que também nos acompanha e visita-nos hoje. Mas v.exas. sabem o que se está discutindo? É a hora hora/atividade. O que isso significa? Significa sete mil professores a mais que terão que ser contratados no estado de Santa Catarina por concurso ou como ACTs.

Bem, nós estamos discutindo o aumento salarial dos professores e para aumentar o salário dos professores nós temos que tirar dinheiro de algum lugar. Mas se forem contratados mais professores para cobrir esse acréscimo de 20% para 33% de hora/atividade, o que irá acontecer? Será um acréscimo que iremos pagar com um número a mais de professores que serão contratados. E daí? O professor que já está em sala de aula, deputado professor Grandó, tem condições de ter esse aumento salarial que está reivindicando, como também que o abono seja incorporado ao salário? Não há como porque o estado estará com sete mil professores a mais! Serão sete mil professores que serão contratados!

Mas isso não está sendo bem explicado para a sociedade. Está-se pregando que o governador Luiz Henrique é contra o piso salarial. Muito pelo contrário, o governador é a favor do piso salarial. O que o governo discute e que nós estamos discutindo, e não somos o único estado que está discutindo, são vários estados da federação que estão discutindo, é a questão de aumentar de 20% para 33% a hora/atividade fora da sala de aula. E isso acarreta um encargo a mais ao governo, pois ele terá de contratar imediatamente sete mil professores, o que criaria uma dificuldade financeira para o estado, dificultando ainda mais, deputado Serafim Venzon, devido a essa crise mundial que estamos vivendo e não sabemos, nem os prefeitos e nem o governo do estado, qual será o reflexo dela a partir de março do ano que vem, porque ela vai nos afetar, sim. Nós não sabemos quanto vai cair a arrecadação tanto do estado de Santa Catarina quanto das prefeituras, e eu falo como economista. Ninguém sabe qual será o reflexo dessa crise, se irá continuar subindo a arrecadação ou se irá cair.

Na verdade, nós temos que agir com responsabilidade. Não tiro o mérito nem dos professores nem do nosso policial militar; em hipótese alguma tiro o mérito da luta feita, ela é meritória, mas agora nós teremos que falar a verdade, colocando os pingos nos *ii*, como as coisas estão acontecendo.

Por isso agradeço ao deputado Valmir Comin, que preside esta sessão, como também ao deputado Antônio Aguiar, que trocou e cedeu-me o seu horário para que eu pudesse fazer uso desta tribuna e talvez colocar o trem nos trilhos e contar a verdade para a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda no horário de Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente e srs. deputados, é com satisfação que estamos aqui hoje para informar, primeiramente, à sociedade catarinense o que está acontecendo e o que aconteceu no planalto norte.

O planalto norte fez, sem dúvida alguma, uma grande comemoração, comemoração essa em função da passagem dos 95 anos de existência da comarca de Canoinhas. Esteve lá o presidente do Tribunal de Justiça, dr. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, que muito nos honrou com a sua presença, como também a dra. Janine, meritíssima juíza e diretora do Fórum; o meritíssimo juiz, dr. André, e outros juízes, além do prefeito municipal Leoberto Weinert. Enfim, várias autoridades estiveram presentes nesse ato em que realmente se fez jus à comarca de Canoinhas, uma vez que tramita nesta Casa um projeto de lei de cessão de um terreno da Polícia Militar para a construção do fórum de Canoinhas. O moderno fórum da comarca de Canoinhas será construído pelo Tribunal de Justiça.

Parabéns, dr. Francisco! As nossas congratulações pela sua brilhante atuação em prol da nossa terra, Canoinhas. V.Exa., que tão bem conhece a nossa história, com certeza terá surpresas num futuro bem próximo, uma vez que lhe será feita uma homenagem.

Gostaria também de falar da inauguração de outras obras, como a reforma da Escola Básica Irmã Maria Felicitas. O secretário da Educação, Paulo Bauer; o secretário de Desenvolvimento Regional de Canoinhas, Edmilson Verka; o governador em exercício, Leonel Pavan; a minha esposa, Marilu; o prefeito da cidade, enfim, a representação do governo esteve presente naquela brilhante inauguração de mais duas obras para o município de Canoinhas; obras essas que foram feitas as suas licitações pelo nosso governador Luiz Henrique da Silveira, que não mede esforços para que as obras se realizem no planalto norte.

Nós estivemos, durante esses últimos dez dias, participando da comitiva do sr. governador ao exterior que teve em Londres a sua primeira estada. Juntamente com o secretário Gilmar Knaesel, tivemos a satisfação de participar de uma grande reunião, com a aprovação do WTTC a ser realizado no ano que vem no estado de Santa Catarina. Esse congresso de turismo é um grande evento que será realizado em Florianópolis, Santa Catarina. Para a sua realização, tivemos grandes destaques. Primeiro, do sr. governador Luiz Henrique da Silveira, uma pessoa inteligente e culta, que se preocupa com a cultura, com o desenvolvimento do estado de Santa Catarina e com o turismo.

Para que esse evento fosse aqui realizado estava junto conosco o grande técnico Luiz Felipe Scolari, com quem tivemos a honra de jogar futebol em Caxias do Sul, quando éramos estudante de Medicina e ele jogava por aquele time. Então, a importância desse relacionamento fez com que Londres realmente tivesse um destaque especial com a sociedade catarinense, um destaque especial para o governo do estado de Santa Catarina, na pessoa do governador Luiz Henrique da Silveira.

Na nossa estada na França, tivemos uma boa acolhida por parte do deputado Jean-Claude Lenoir, que nos recebeu no Parlamento francês dando notícias de como ele funciona, de como existe o entendimento daquele Parlamento em relação ao Legislativo catarinense. E nós também mostramos o nosso lado funcional e o lado técnico da Assembléia Legislativa, representando o sr. presidente, deputado Julio Garcia, naquele evento.

Uma das acolhidas mais importantes na França foi a do Senado. Os senadores da França acolheram a comitiva do estado de Santa Catarina numa bela reunião em que foram tratados grandes assuntos dos Parlamentos francês e catarinense.

Após a grande reunião, fomos para o Marrocos. Naquele território, mais precisamente na cidade de Marrakech, estivemos presentes juntamente com o nosso prefeito reeleito, Dário Berger, com grande atuação. Dário Berger realmente fez a diferença: recebeu na cidade de Marrakech o título de Cidade Coirmã de Florianópolis. Isso fará com que a nossa cidade tenha esse intercâmbio com Marrakech, trazendo oportunidades diversas para o estado de Santa Catarina.

Lá esteve presente também a nossa secretária da Saúde, Carmen Zanotto. E quero parabenizá-la pela defesa da saúde na reunião de negócios na França, em que tão bem explanou o funcionamento do Samu no estado de Santa Catarina, uma vez que o nosso sistema se espelha no Samu da França.

Estivemos acompanhados do nosso secretário Valter Galina, que também, com sua atuação importante nessa comitiva, fez várias defesas do nosso estado em prol do estado catarinense.

Mas a grande surpresa foi o nosso prefeito de Xaxim, que teve uma reunião importante com o ministro da Agricultura do Marrocos e o sr. governador do estado, fazendo grandes negócios para o estado de Santa Catarina, como a venda de frangos do nosso estado para aquele país.

São essas as grandes notícias que trazemos desses dez, 12 dias em que estivemos no exterior fazendo com que o estado de Santa Catarina estivesse presente nesses países, trazendo a grande marca do turismo de Santa Catarina, a grande marca do turismo da cidade de Florianópolis, fazendo com que nós, catarinenses, nos sentíssemos orgulho de estar na cidade de Londres trazendo o WTTC para Santa Catarina, para a cidade de Florianópolis. Com isso ganhará o turismo de Florianópolis, ganhará o CDL, que fez uma manifestação favorável ao nosso governador Luiz Henrique da Silveira, por escrito, no jornal, parabenizando a atuação dele nos eventos fora do estado de Santa Catarina.

Era isto o que tínhamos a colocar, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado brusquense Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. deputado Valmir Comin, v.exa. tem honrado, com o seu trabalho, Siderópolis, toda a região sul e o estado de Santa Catarina. E saudamos, em seu nome, todos os parlamentares desta Casa, bem como os telespectadores da TVAL.

Na tarde de hoje, a Assembléia Legislativa prestou uma homenagem àqueles que são realmente os braços, as mãos e o coração de Luiz Henrique e Leonel Pavan, que são os braços e o coração do governo de Santa Catarina: os

nosso funcionários públicos da Fazenda, da Saúde, da Educação, da Segurança, todos os funcionários, enfim, que executam aquela que é a vontade do governo de prestar o melhor serviço possível a essa sociedade que nos escolheu como deputados, que escolheu Luiz Henrique como governador, Leonel Pavan como vice, enfim, que nos escolheu para que pudéssemos prestar-lhe a melhor forma de atendimento. E quem de fato realiza esse atendimento são esses funcionários, uma multidão.

Tenham certeza de que, hoje, homenageamos alguns deles. Seriam milhares, mas para evitar que fosse uma cerimônia extremamente longa para atender todos aqueles que prestam bons serviços ao estado, foram escolhidos alguns ícones dentre esses funcionários, alguns expoentes para representar todos eles - como disse, aqueles que são os braços, as pernas, o coração do governador e que prestam à sociedade catarinense aquela que é a vontade do governo de Santa Catarina.

Nesse encontro, além de outros secretários, estava presente o nosso secretário Paulo Bauer, e eu até estava preocupado. Ouvi, há poucos instantes, o deputado Elizeu Mattos citar a questão do piso do Magistério e que o nosso governo seria um dos cinco governos do Brasil que teria entrado com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - contra o piso salarial do professor, que é de R\$ 950,00.

Sempre me causou muita estranheza justamente porque o piso de Santa Catarina, aquele valor que o professor de fato ganha e leva para casa, contando o salário, contando os benefícios, contando os prêmios que são dados na Educação, passa de R\$ 1.200,00, R\$ 1.250,00. Então, como poderia o governador ser contra o piso, se esse piso é R\$ 250,00 ou R\$ 300,00 a menos do que aquilo que o governo já paga?! É bem menor! Se o governo do nosso estado paga muito mais, por que é contra?

Contava-me o deputado Paulo Bauer que está até de certa maneira ansioso para vir aqui e, através desta tribuna, explicar aos deputados e também a tantos catarinenses que não entendem por que o governo do estado, que se diz preocupado com a educação, não iria querer aprovar essa questão do piso salarial. O problema é que nessa mesma lei, não sei por esperteza de quem, foram colocados alguns artigos que fazem com que, até com certa razão, o professor, que hoje dispõe de 20% das horas de trabalho para poder preparar aula, para poder corrigir as provas, passe a ter 33% para isso. Ou seja, teoricamente, se ele desse dez horas/aula, teria que ter pelo menos duas horas para prepará-las, para corrigir as provas, para esfriar a cabeça, para descansar, enfim, para se preparar. Até aí tudo bem. Ocorre que nesse mesmo projeto que elevaria o piso, nesse mesmo projeto que nenhum governador teria a coragem de ser contra, porque nenhum governador é louco de achar que R\$ 950,00 é dinheiro demais para um professor, estão embutidas outras coisas. Todos os governadores, não só o nosso governador Luiz Henrique da Silveira, mas certamente os 27 governadores do Brasil, acham que os seus professores merecem mais do que R\$ 950,00 -

além, tanto é que em Santa Catarina paga-se mais do que isso - e não seriam loucos de entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade achando que esse valor é muito. Não!

O fato é que justamente nesse mesmo projeto foram embutidos alguns artigos transformando aqueles 20%, que nós achamos justo, em 33%. Ou seja, 1/3 do tempo que o professor usa para dar aula seria usado para preparar aula, para corrigir provas, o que também é interessante, não há a menor dúvida. Ocorre que isso, a essa altura no estado, causaria uma grande perturbação na estrutura funcional. Temos 13 mil professores e mais de 1.250 colégios. Quer dizer, se uma empresa com mais de mil funcionários já é grande e difícil de administrar, imaginem os senhores administrar uma empresa como essa da Educação com 1.250 escolas, cada uma com 500, 1.200 ou dois mil alunos, com um número grande de funcionários e professores! É claro que é difícil. Mais agora ainda às portas de uma crise mundial que, sem dúvida nenhuma, vai atingir todos e da qual não sabemos ainda os efeitos sobre o nosso país.

Então, aprovamos um projeto que, na verdade, não aumenta o salário do professor, mas vai aumentar o seu tempo de folga, eu não acho tão interessante. Eu, particularmente, preferiria aumentar o teto de R\$ 950,00 para R\$ 1.200,00, R\$ 1.300,00, R\$ 1.500,00 ao invés de aumentar o tempo de folga. Ou seja, eu prefiro que esse tempo adicional seja transformado em aumento salarial.

Sr. presidente, agradeço a compreensão do deputado Paulo Bauer à nossa aprovação ao requerimento que pediu o seu comparecimento a esta Casa. Na verdade, ele mesmo estava ansioso para vir a esta tribuna explicar por que o governo do estado se manifestou não contra o piso de R\$ 950,00, até porque ele já paga bem mais do que isso, mas contra o artifício que está embutido na lei, que aumenta o espaço livre para o professor, pois isso iria causar uma repercussão direta sobre a questão funcional, já que exigiria a contratação de cinco a seis mil professores. Ou seja, o governo do estado teria um grande custo adicional, num momento de uma crise mundial.

Sr. presidente, acho que muito melhor seria que, ao invés de aprovarmos esse aumento da hora/atividade, numa outra hora aumentássemos o piso do Magistério em Santa Catarina de R\$ 950,00 para R\$ 1.200,00, para R\$ 1.300,00.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem dela queira fazer uso, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 20h, no município de São João Batista, em comemoração aos seus 50 anos de emancipação política.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 240, de 21/11/2008

*Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.*

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

**Art. 1º** Fica anulado parcialmente na importância de R\$4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil reais), nas

atividades abaixo discriminadas, na fonte de recursos 0100, os seguintes elementos de despesa:

0100	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
0101	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	001124		
Elemento	339035	R\$	500.000,00
<b>Sub-total</b>		<b>R\$</b>	<b>500.000,00</b>
Atividade	001138		
Elemento	319091	R\$	100.000,00
Elemento	319092	R\$	300.000,00
Elemento	319113	R\$	4.000.000,00
<b>Sub-total</b>		<b>R\$</b>	<b>4.400.000,00</b>
<b>Total</b>		<b>R\$</b>	<b>4.900.000,00</b>

**Art. 2º** Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementado nas atividades abaixo discriminadas, na fonte de recursos 0100, os seguintes elementos de despesa:

0100	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
0101	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	001124		
Elemento	339039	R\$	500.000,00
<b>Sub-total</b>		<b>R\$</b>	<b>500.000,00</b>

Atividade	001138		
Elemento	319011	R\$	4.400.000,00
<b>Sub-total</b>		<b>R\$</b>	<b>4.400.000,00</b>
<b>Total</b>		<b>R\$</b>	<b>4.900.000,00</b>

**Art. 3º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente  
Deputado Antônio Aguiar - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DA PROCURADORIA

**Fábio de Magalhães Furlan - Procurador- Presidente**  
**Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária**

#### ATA DA 1670ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1670ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Em regime de vista: Consulta - Of. CL nº 712/08 de 24/10/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade - aquisição de jornais, revistas, cartões e periódicos", aprovado o parecer do relator Dr. José Buzzi, com aditamento do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior. Processo nº 1533/08, de Ione Terezinha Reis de Melo, aprovado por maioria o parecer do relator Dr. José Carlos da Silveira, pelo indeferimento. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 2104/08, de Adilor Guglielmi; aprovado por maioria pelo indeferimento, vencido o relator, o Processo nº 2057/08, de Neiva Maria Pereira Titon. Retirado, de pauta com pedido de vista ao Dr. Luiz Alberto Seccon a Consulta s/nº de 29/10/08, Interessado: Antônio Eduardo Ghizzo (servidor aposentado) "solicita pagamento do item Equivalência II". 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2101/08, de Maria Celeste Ferreira Monteiro e Consulta - Of. CL nº 737/08 de 05/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão Presencial - contratação de empresa para a construção de um muro para fechamento dos chillers". Continuando, aprovado parecer por maioria pelo indeferimento o Ofício nº 225/CM/ALESC de 07/11/08, Interessado: Ivon Jomir de Souza - Tenente Coronel Chefe da Casa Militar da ALESC "solicita passagens para viagem do Major José Luiz Gonçalves da Silveira". 4) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovado parecer por unanimidade a Consulta - Of. CL nº 744/08 de 07/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2005 - ZF Assistência Comércio e Serviço Ltda.". 5) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. José Buzzi o Processo nº 2062/08, de Lino José Damiani Destro. Continuando, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2105/08, de Evandro Carlos dos Santos; Consulta - Of. CL nº 738/08 de 05/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Inexigibilidade - apoio financeiro para a Associação Catarinense de Ministério Público para Evento em Florianópolis"; Consulta s/nº de 05/11/08, Interessado: Diretor de Recursos Humanos "solicita parecer do art. 1º da Lei Complementar nº 421/2008", sendo este, feito conjuntamente com os Drs. José Carlos da Silveira e Nazarildo Tancredo Knabben. O relator deu conhecimento ao parecer exarado nas Providências Administrativas ao Mandado de Segurança nº 2008.064231-4, Impetrante: Hilton Osny Pereira e Impetrados: Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. 6) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 2103/08, de Ana Maria Alves; e, aprovado parecer pelo indeferimento ao Processo nº 1575/08, de Hercílio Manoel Marcelino. 7) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovado parecer por unanimidade, quanto ao período integralizado; indeferido, por maioria, quanto ao período proporcional o Processo nº 2028/08, de Regina Sítia Southier Crippa; e, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 2080/08, de Anibal Cantalicio Estanislau. 8) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2101/08, de Alexandre Pantaleão Athanásio e

Consulta - Of. CL nº 150/08 de 11/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão Presencial - contratação de empresa especializada em manutenção de aparelhos de ar condicionado tipo SPLIT". 9) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, retirado de pauta com pedido de vista do Dr. José Buzzi o Processo nº 1965/08, de Waldir de Oliveira Matos; e, aprovado parecer por unanimidade, quanto ao período integralizado; indeferido, por maioria, quanto ao período proporcional o Processo nº 2078/08, de Benício Habold. Continuando, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2055/08, de Lino José Damiani Destro; Consulta - Of. CL nº 739/08 de 05/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade - aquisição de trezentos exemplares 'Grandes Temas do Direito Administrativo' de autoria do Desembargador Volnei Ivo Carlin"; Consulta - Of. CL nº 762/08 de 15/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Convênio - celebrado com a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (SESES)" e Ofício s/nº - de 06/10/08, Interessado: César Osmar Celeski - Diretor do Jornal A Gazeta "solicita Relatório Final da CPI da Casan, para instruir defesa judicial". 10) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0835/08, de Jair José Farias e Consulta - Of. CL nº 750/08 de 11/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão Presencial - aquisição de sacolas de nylon". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia 26 de novembro. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2008.

\*\*\* X X X \*\*\*

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2008

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR DE JANELA E TIPO SPLIT.**

**DATA: 03/12/2008 - HORA: 09:00 horas**

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 03 de dezembro de 2008. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)). Florianópolis, 20 de novembro de 2008.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATOS

#### EXTRATO 168/2008

**REFERÊNCIA: 2ª PUBLICAÇÃO DA ATAS DE REGISTRO CL Nº 010/2008 E 011/2008**

**DATA REALIZAÇÃO CERTAME:** 12 de maio de 2008

**OBJETO:** Fornecimento De Material De Expediente

**VIGÊNCIA DA ATA:** 01 (um) ano, até 20 de agosto de 2009

**FUNDAMENTO LEGAL:** art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Ato da Mesa nº 214/2007, subsidiariamente pelo Decreto nº 3.931/2001, Pregão Presencial nº 014/2008.

## Lote 18

Item	Descrição	Unid.	Otde	VI. Unit.
1	CARTUCHO DE TONER 3960-A PRETO (original) PARA MULTIFUNCIONAL HP 2840-Q Com durabilidade de impressão mínima para 5.000 páginas em 5% de área de cobertura. Marca HP 2840-Q. Ref C3960-A	Unid	22	R\$ 205,34
2	CARTUCHO DE TONER 3961-A CIANO (original) PARA MULTIFUNCIONAL HP 2840-Q Possuir durabilidade de impressão mínima para 4.000 páginas em 5% de área de cobertura. Marca HP 2840-Q. Ref C3961-A	Unid	22	R\$ 257,68
3	CARTUCHO DE TONER 3962-A AMARELO (original) PARA MULTIFUNCIONAL HP 2840-Q Possuir durabilidade de impressão mínima para 4.000 páginas em 5% de área de cobertura. Marca HP 2840-Q. Ref C3962-A	Unid	22	R\$ 256,39
4	CARTUCHO DE TONER 3963-A MAGENTA (original) PARA MULTIFUNCIONAL HP 2840-Q Possuir durabilidade de impressão mínima para 4.000 páginas em 5% de área de cobertura. Marca HP 2840-Q. Ref C3963-A	Unid	22	R\$ 256,59
5	CARTUCHO DE TONER C3903-A (original ou compatível) PARA IMPRESSORA HP LASER JET Possuir durabilidade de impressão mínima para 4.000 páginas em 5% de área de cobertura. Marca Print-tec HP Laser Jet. Ref C3903-A	Unid	17	R\$ 43,59
6	CARTUCHO DE TONER C4096-A (original ou compatível) PARA IMPRESSORA HP LASER JET 2100N. Possuir durabilidade de impressão mínima para 5.000 páginas em 5% de área de cobertura. Marca Print-tec HP Laser Jet 2100N. Ref: C4096-A	Unid	46	R\$ 71,13
7	CARTUCHO DE TONER C4127-X (original ou compatível) PARA IMPRESSORA HP LASER JET 4000/4050 (original ou compatível) Possuir durabilidade de impressão mínima para 10.000 páginas em 5% de área de cobertura; Marca Printet-tec. Ref C4127-X	Unid	54	R\$ 76,64
8	CARTUCHO DE TONER Q2612-A (original ou compatível) PARA IMPRESSORA HP LASER JET M1005 Possuir durabilidade de impressão mínima para 2.000 páginas em 5% de área de cobertura; Marca Print-tec. Ref Q2612-A	Unid	32	R\$ 38,62
9	CARTUCHO DE TINTA PRETA 6615 (original ou compatível) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 3820. Marca Print-tec. Ref C6615-A	Unid	32	R\$ 20,70
10	CARTUCHO DE TINTA PRETA 6614 (45) (original ou compatível) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 930/1220. Marca Print-tec. Ref 51645 A.	Unid	728	R\$ 18,51
11	CARTUCHO DE TINTA COR 6578-A (original ou compatível) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 930/1220/3820. Marca Print-tec. Ref C6578-A	Unid	754	R\$ 19,84
12	CARTUCHO DE TINTA 6657-A (original ou compatível) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 5550/5650 - 17ML. Marca Print-tec. Ref. C6657-A.	Unid	892	R\$ 20,31
13	CARTUCHO DE TINTA PRETA 6656-A (original ou compatível) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 5550/5650 - 19ML. Marca Print-tec. Ref C6656-A	Unid	508	R\$ 15,48
14	CARTUCHO DE TINTA COR C8766 (95) (original ou compatível) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 5940. Marca Print-tec. Raf C8766-W	Unid	240	R\$ 24,40
15	CARTUCHO DE TINTA PRETA C8767 (96) (original ou compatível) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 5940. Marca Print-tec. Ref C8767-W	Unid	240	R\$ 21,28

3ª REGISTRADA: **MR Santos Informática**

Endereço: Rua Santos Dumond, nº 3.472, sala 601, Zona 01, Maringá/PR

CEP 87.013-050

Fone/fax (44) 3266-7309

E-mail printtec@mrsantosinformatica.com

CNPJ: 07.581.102/0001-97

4ª REGISTRADA: **Elmo Papelaria Ltda**5ª REGISTRADA: **Escimate Com. Repr. Material De Escritório Informática Ltda**

LOTE 19					
		MARCA	UNID	QTDE	VLR UNIT
1	CARTUCHO DE TONER 8405 12A (original ou compatível) P/ IMPRESSORA LEXMARK E-330 Possui durabilidade de impressão mínima p/ 6.000 páginas em 5% área de cobertura	PS3	UNID.	18	R\$ 112,80
2	CARTUCHO DE TONER 7415 12 A (original ou compatível) P/ IMPRESSORA LEXMARK T420 Possui durabilidade de impressão mínima p/ 10.000 páginas em 5% área de cobertura	PS3	UNID.	34	R\$ 402,00
3	CARTUCHO DE TONER 64418XL (original ou compatível) P/IMPRESSORA LEXMARK T644 Possui durabilidade de impressão mínima p/ 32.000 páginas em 5% área de cobertura	PS3	UNID.	34	R\$ 420,00
4	CARTUCHO DE TONER 17GO154 (original ou compatível) P/ IMPRESSORA LEXMARK OPTRA M410-M412 Possui durabilidade de impressão mínima p/ 15.000 páginas em 5% de área de cobertura	LEXMAR K	UNID.	18	R\$ 784,80
5	CARTUCHO DE TINTA COR 18L0042 (83) (original ou compatível) P/ IMPRESSORA JATO DE TINTA LEXMARK Z55	LEXMAR K	UNID.	280	R\$ 85,09
6	CARTUCHO DE TINTA PRETA 18L0032 (82) (original ou compatível) P/ IMPRESSORA JATO DE TINTA LEXMARK Z55	LEXMAR K	UNID.	460	R\$ 72,20

3ª REGISTRADA: **Escimate Com. Repr. Material De Escritório Informática Ltda**

Endereço: Rua Desembargador Gil Costa, nº 422, Estreito Florianópolis/SC

CEP 88.070-450

Fone/fax (48) 3357-5779

E-mail: escimate@escimate.com.br

CNPJ: 00.748.569/0001-30,

4ª REGISTRADA: **MR Santos Informática**5ª REGISTRADA: **Aquimpel Suprimentos para Informática e Escritório Repres. Com.Ltda.**

Florianópolis, 20 de novembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

**Extrato nº 169/2008**

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 023/2008, celebrado em 20/11/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Editora Conceito Editorial Ltda.

OBJETO: Aquisição de 300 (trezentos) exemplares do livro "Grandes Temas do Direito Administrativo" de autoria do Desembargador Dr. Volnei Ivo Carlin.

VALOR GLOBAL: R\$ 45.000,00

PRAZO: Entrega Imediata.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais), Item Orçamentário: 3.3.90.32.99 (Outros Materiais de Distribuição Gratuita).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I, da Lei nº 8.666/93, Processo Licitatório nº 0092/2008 e Autorização Administrativa.

Florianópolis, 20 de novembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

**Extrato nº 170/2008**

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 022/2008, celebrado em 20/11/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Associação Catarinense do Ministério Público

OBJETO: Montagem de palco, som e iluminação para o evento que será realizado no dia 09 de dezembro de 2008 na Avenida Beira Mar Norte, nesta Capital, relativo ao Dia Internacional de Combate à Corrupção.

VALOR GLOBAL: R\$ 15.000,00

DATA: 09 de dezembro de 2008.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 13, inciso V, art. 25 da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0097/2008.

Florianópolis, 20 de novembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

**Extrato nº 171/2008**

REFERENTE: Contrato CL n.º 073/2008, celebrado em 13/11/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: B&amp;A Comércio de Equipamentos para Eventos Ltda

OBJETO: aquisição de mobiliários diversos, com instalação e montagem no local, todos da Marca Instand do Brasil a serem fabricados em marcenaria conforme projeto e detalhamento de arquitetura, de acordo com as especificações constantes do lote n.º 07 do Edital, seus anexos, e com as condições propostas pela CONTRATADA.

VALOR GLOBAL: R\$ 20.488,00 (vinte mil quatrocentos e oitenta e oito reais).

VIGÊNCIA: Da-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, estendidos seus efeitos até o decurso do prazo de garantia dos mesmos, pactuado em 02 anos, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e Lei 10.520/02; Pregão Presencial nº 040/2008; e Autorização para Processo Licitatório n.º 0070/2008 e 0074/2008 partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 13 de novembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Dimitry Cunha Barcellos - B&amp;A Comércio de Equipamentos para Eventos Ltda

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>OFÍCIOS</b>
----------------

**OFÍCIO Nº 387/08**  
**REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER**  
**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE ATIVIDADES**

Senhores,  
Na qualidade de representante legal da Instituição abaixo qualificada, venho, respeitosamente encaminhar o relatório circunstanciado de atividades referente o ano de 2007, em atenção a LEI Nº 14.182, de 01 de novembro de 2007 Jaraguá do Sul, 22 de outubro de 2008.  
Rozanda Balestrin  
Presidente  
*Lido no Expediente*  
Sessão de 20/11/08

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 388/08**  
**Associação Assistencial Lar Betânica**

22 de outubro de 2008.  
Exmo. Sr.  
**Deputado Julio Garcia**  
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Florianópolis - SC  
Excelentíssimo Senhor  
Cumprimentando-o cordialmente, enviamos a V.Exa, em cumprimento ao que dispõe o artigo 3º. da lei nº 10.436/1997 e nº 13.663/2005, os documentos relacionados a seguir:  
- Relatório de atividades realizadas no ano de 2007;  
- Prestação de Contas do exercício financeiro do ano 2007;  
- Declaração de Utilidade Pública.  
Sem mais, desde já agradecemos.  
Atenciosamente,  
Woldemar Kinas  
Presidente  
*Lido no Expediente*  
Sessão de 20/11/08

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 389/08**  
**CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**DIRETORIA LEGISLATIVA / CONSULTORIA LEGISLATIVA**  
**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**  
**INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**

Na qualidade de representante legal da Instituição abaixo qualificada, venho, respeitosamente encaminhar o **relatório de atividades para fins de manutenção do título de Utilidade Pública Estadual**, em atenção a Lei 14.182 de 01 de novembro de 2007, objetivando:  
Orleans, SC 17/11/2008

**Celso de Oliveira Souza**  
**Presidente FEBAVE**

*Lido no Expediente*  
Sessão de 20/11/08

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PORTARIAS</b>
------------------

**PORTARIA Nº 2010, de 21/11/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,  
RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*  
**EXONERAR** a servidora **SABRINA VIEIRA DA LUZ LOUREIRO**, matrícula nº 5000, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2008 (Liderança do PSDB).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2011, de 21/11/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,  
RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*  
**NOMEAR JOÃO SILVA FILHO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2008 (Liderança do PSDB).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2012, de 21/11/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,  
RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*  
**DESIGNAR** a servidora **VANIA ELIZABETH S. DE TOLEDO**, matrícula nº 0647, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Controle da Documentação, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, servidora SIRENE MICHELS ZUNINO, que encontra-se em prorrogação de licença para tratamento de saúde, no período compreendido entre 1º de novembro e 31 de dezembro de 2008 (DAT - Coordenadoria de Informações).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2013, de 21/11/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,  
RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*  
**DESIGNAR** a servidora **SANDRA REGINA DE O B BAZZO**, matrícula nº 0881, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Organização de Roteiros para Revisão, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, Denise Videira Silva, que se encontra em prorrogação de licença para tratamento de saúde no período compreendido entre 16 de outubro e 14 de dezembro de 2008 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2014, de 21/11/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,  
RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*  
**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 048/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
2543	Juçara Helena Rebelato	
0947	Valter Euclides Damasco	

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2015, de 21/11/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,  
RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*  
**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0380	Alceni Duarte	14	07/11/08	2143/08
2013	Vera Lucia Calazans Borges	10	08/11/08	2169/08
2174	Juvenal Lino Machado	15	10/11/08	2168/08

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2016, de 21/11/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,  
RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*  
**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1388	Luiz Lopes Vieira Filho	30	06/11/08	2145/08
1269	Sirlene Michels Zunino	60	08/11/08	2167/08
1239	José Carlos de Oliveira	30	15/11/08	2144/08

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÕES FINAIS****REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 186/08**

Denomina Artur Pagani o trecho da Rodovia SC - 439 entre os Municípios de Rio Rufino e Urupema.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominada Rodovia Artur Pagani o trecho da Rodovia SC-439 entre os Municípios de Rio Rufino e Urupema.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de novembro de 2008  
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 210/08**

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia São José, com sede no Município de Massaranduba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:  
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia São José, com sede no Município de Massaranduba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de novembro de 2008  
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 243/08**

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Içara.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação, da Empresa Giassi Empreendimentos e Participações S/A, no Município de Içara, um imóvel com área total de dois mil, oitocentos metros e oitenta e cinco decímetros quadrados, sem benfeitorias, matriculado sob o nº 35.528 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Içara.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à instalação do Quartel da 2ª Companhia de Polícia Militar de Içara.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de novembro de 2008  
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 264/08**

Institui o Dia Estadual de Limpeza das Praias.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Limpeza das Praias, a ser comemorado no dia 18 de setembro, coincidindo com o Dia Mundial de Limpeza do Litoral.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de novembro de 2008  
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 280/08**

Declara de utilidade pública o Grupo de Poetas Livres, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo de Poetas Livres, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de novembro de 2008  
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 282/08**

Declara de utilidade pública a Associação dos Contadores de Histórias de Florianópolis - ACONTHIF, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Contadores de Histórias de Florianópolis - ACONTHIF, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de novembro de 2008  
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 296/08**

Declara de utilidade pública o GASP - Grupo de Assistência Social Paraíso, com sede no Município de Joinville.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o GASP - Grupo de Assistência Social Paraíso, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de novembro de 2008  
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0300.0/2008**

Fica acrescido o art. 3º, renumerando os demais.

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada da alteração ocorrida no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO  
Em Sessão de 19/11/08

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 300/08**

Declara de utilidade pública a Associação de Apoio aos Portadores de Esclerose Múltipla da Grande Florianópolis, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Apoio aos Portadores de Esclerose Múltipla da Grande Florianópolis, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 302/08**

Declara de utilidade pública a Associação dos Criadores de Pássaros de Palhoça - ACPP, com sede no Município de Palhoça.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Criadores de Pássaros de Palhoça - ACPP, com sede no Município de Palhoça.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 313/08**

Declara de utilidade pública a Associação Convention & Visitors Bureau de Tubarão e Região, com sede no Município de Tubarão.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Convention & Visitors Bureau de Tubarão e Região, com sede no Município de Tubarão.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 322/08**

Declara de utilidade pública a Associação dos Ciclouários da Grande Florianópolis - VIACICLO, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Ciclouários da Grande Florianópolis - VIACICLO, com sede no Município de Florianópolis e foro na Capital.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 030/2008**

Institui o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, como instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos seus atos processuais e administrativos.

Parágrafo único. O Diário Oficial Eletrônico de que trata esta Lei Complementar substitui a versão impressa das publicações oficiais e será veiculado, sem custos, no site do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, na rede mundial de computadores - *Internet*.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Art. 3º Os procedimentos de implementação do Diário Oficial Eletrônico de que trata esta Lei Complementar serão regulamentados por ato do Procurador-Geral de Justiça, que deverá considerar:

I - data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público; e

II - automaticamente suspenso o prazo processual ou administrativo quando, por motivos técnicos, o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público tornar-se indisponível, reestabelecendo-se a contagem no dia útil seguinte à solução do problema.

Art. 4º Os arts. 9º, § 3º, 24, incisos I e IV, 51, inciso XIV, 67, *caput*, 106, § 1º, 107, 109, § 1º, 114, § 5º, 123, § 6º, 131, 155, 230, 236, 245, § 4º, 251 e 254, § 1º, da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º .....

§ 3º A eleição da lista triplíce de que trata este artigo realizar-se-á na segunda quinzena de março dos anos ímpares, cabendo ao Colégio de Procuradores de Justiça expedir o edital convocatório e publicá-lo no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, dele fazendo constar o dia, horário e local de votação, além dos nomes dos membros da Comissão Eleitoral por ele designados. (NR)

Art. 24. ....

I - publicação de aviso no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, fixando o dia e horário da votação, que não poderá ser inferior a seis horas; (NR)

.....

IV - do pleito caberá impugnação, mediante recurso, com efeito suspensivo, ao Colégio de Procuradores de Justiça, no prazo de quarenta e oito horas, contado da publicação do resultado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público; (NR)

.....

Art. 51 .....

.....

XIV - visar extratos para publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público; (NR)

.....

Art. 67. O processo de seleção será precedido da publicação de edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, que deverá especificar o prazo de inscrição e o número de vagas com o correspondente local de exercício do Estágio. (NR)

.....

Art. 106. ....

§ 1º O edital de abertura do concurso fixará para as inscrições prazo não inferior a trinta dias, contado de sua publicação no

Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, e deverá conter as condições para inscrição, os requisitos para o provimento do cargo, as matérias sobre as quais versarão as provas, bem como, se for o caso, os títulos que o candidato poderá apresentar e os respectivos critérios de valoração. (NR)

Art. 107. Encerradas as provas, a Comissão de Concurso, em sessão secreta, procederá ao julgamento do concurso, cujo resultado será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, com a nominata e a média final dos aprovados segundo a ordem de classificação. (NR)

Art. 109.

§ 1º A sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça será designada dentro de trinta dias, a contar da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, havendo motivo de força maior, a critério do Procurador-Geral de Justiça. (NR)

Art. 114.

§ 5º A intimação do interessado e de seu procurador, quando houver, será pessoal ou, havendo motivo justificado, por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público. (NR)

Art. 123.

§ 6º A intimação do interessado e seu procurador, quando houver, será pessoal ou, havendo motivo justificado, por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público. (NR)

Art. 131. Aberta a vaga sujeita a concurso de promoção ou remoção, o Conselho Superior do Ministério Público fará publicar, no prazo de vinte dias, edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público para inscrição dos candidatos. (NR)

Art. 155. Ocorrendo motivo para convocação, o Procurador-Geral de Justiça mandará publicar edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, com prazo de cinco dias úteis, para inscrição dos interessados. (NR)

Art. 230. As decisões definitivas referentes à imposição de pena disciplinar, salvo as de advertência e de censura, serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público. (NR)

Art. 236. No processo administrativo fica assegurada aos membros do Ministério Público ampla defesa, na forma desta Lei Complementar, exercida pelo próprio indiciado, por procurador ou defensor, que serão intimados dos atos e termos do procedimento pessoalmente ou, havendo motivo justificado, por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público. (NR)

Art. 245.

§ 4º Se o indiciado não for encontrado ou furtar-se à citação, será citado por aviso publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, com prazo de três dias. (NR)

Art. 251. O indiciado será intimado pessoalmente da decisão, pelo Secretário da Corregedoria-Geral do Ministério Público, salvo se for revel ou furtar-se à intimação, casos em que será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público. (NR)

Art. 254.

§ 1º Se o indiciado não for encontrado ou furtar-se à citação, será citado por aviso publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, com prazo de dez dias. (NR)

Art. 5º As alterações previstas no art. 4º terão efeitos a partir da veiculação do Diário Oficial Eletrônico no site do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0034.6/2008

O art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº PLC/0034.6/2008 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica incluído o art. 34-A à Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, com a seguinte redação:

"Art. 34-A. Juizes de Direito de Entrância Especial poderão ser designados pelo presidente do Tribunal de Justiça para exercer a função de Juizes-Corregedores, com exercício na Corregedoria-Geral da Justiça, e a de Juizes-Assessores, com exercício na Presidência, na Primeira Vice-Presidência e em órgãos especificados por Resolução do Tribunal Pleno, neste caso vinculados à Presidência, observado o quantitativo definitivo em Ato Regimental.

§ 1º A designação depende de prévia indicação do Corregedor-Geral da Justiça, quanto aos Juizes-Corregedores, e do Primeiro Vice-Presidente, quanto aos Juizes-Assessores com exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência, bem como cessará em razão de dispensa, mediante solicitação da autoridade que o indicou, se for o caso, e, ainda, automaticamente:

I - para Juiz-Corregedor, com o término do mandato do Corregedor-Geral que o indicou;

II - para Juiz-Assessor, com o término do mandato:

a) do Primeiro Vice-Presidente que o indicou, se em exercício na Primeira Vice-Presidência; ou

b) do Presidente do Tribunal de Justiça que o designou, nos demais casos.

§ 2º Ao cessar a designação para a função, o Juiz poderá ser a ela reconduzido apenas uma vez.

§ 3º O Magistrado designado para a função de Juiz-Corregedor ou de Juiz-Assessor terá direito ao equivalente a uma remuneração, a título de ajuda de custo, ao:

I - assumir a função, desde que não provenha da comarca da Capital;

II - deixar a função, desde que não permaneça na comarca da Capital.

§ 4º A designação deverá recair, preferencialmente, sobre os magistrados mais antigos na carreira."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 19/11/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 19/11/08

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 034/2008

Altera a redação da Lei Complementar nº 339, de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica incluído o art. 34-A à Lei Complementar nº 339, de 08 de março de 2006, com a seguinte redação:

"Art. 34-A Juizes de Direito de Entrância Especial poderão ser designados pelo presidente do Tribunal de Justiça para exercer a função de Juizes-Corregedores, com exercício na Corregedoria-Geral da Justiça, e a de Juizes-Assessores, com exercício na Presidência, na Primeira Vice-Presidência e em órgãos especificados por Resolução do Tribunal Pleno, neste caso vinculados à Presidência, observado o quantitativo definitivo em Ato Regimental.

§ 1º A designação depende de prévia indicação do Corregedor-Geral da Justiça, quanto aos Juizes-Corregedores, e do Primeiro Vice-Presidente, quanto aos Juizes-Assessores com exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência, bem como cessará em razão de dispensa, mediante solicitação da autoridade que o indicou, se for o caso, e, ainda, automaticamente:

I - para Juiz-Corregedor, com o término do mandato do Corregedor-Geral que o indicou;

II - para Juiz-Assessor, com o término do mandato:

a) do Primeiro Vice-Presidente que o indicou, se em exercício na Primeira Vice-Presidência; ou

b) do Presidente do Tribunal de Justiça que o designou, nos demais casos.

§ 2º Ao cessar a designação para a função, o Juiz poderá ser a ela reconduzido apenas uma vez.

§ 3º O Magistrado designado para a função de Juiz-Corregedor ou de Juiz-Assessor terá direito ao equivalente a uma remuneração, a título de ajuda de custo, ao:

I - assumir a função, desde que não provenha da comarca da Capital;

II - deixar a função, desde que não permaneça na comarca da Capital.

§ 4º A designação deverá recair, preferencialmente, sobre os magistrados mais antigos na carreira."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos Juizes-Assessores e aos Juizes-Corregedores atualmente em exercício.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*